



CONGRESSO NACIONAL

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

PAUTA DA 3ª REUNIÃO - SEMIPRESENCIAL

(1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura)

03/07/2023
SEGUNDA-FEIRA
às 09 horas e 30 minutos

Presidente: Miguel Matos

Vice-Presidente: Patricia Blanco



Conselho de Comunicação Social

**3ª REUNIÃO - SEMIPRESENCIAL 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
57ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 03/07/2023.**

3ª REUNIÃO - SEMIPRESENCIAL

segunda-feira, às 09 horas e 30 minutos

SUMÁRIO

1ª PARTE - AUDIÊNCIA PÚBLICA INTERATIVA

FINALIDADE	PÁGINA
Audiência Pública sobre Violência Contra Profissionais de Comunicação e Valorização da Comunicação Social	7

2ª PARTE - REUNIÃO ORDINÁRIA

FINALIDADE	PÁGINA
I – LEITURA DO EXPEDIENTE	8
II – ORDEM DO DIA	
ITEM 1 - Proposta de realização de audiência pública sobre os impactos da inteligência artificial na comunicação social;	
ITEM 2 - Definição de matérias prioritárias para análise da 6ª composição do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional e designação de relatorias.	
III – RELATÓRIO DE ANDAMENTO DAS COMISSÕES TEMÁTICAS	
IV – COMUNICAÇÕES DOS CONSELHEIROS	
V – PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL	

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - CCS

PRESIDENTE: Miguel Matos

VICE-PRESIDENTE: Patricia Blanco

(13 titulares e 13 suplentes)

TITULARES		SUPLENTE(S)
	Representante das empresas de rádio (inciso I)	
Flavio Lara Resende		1 Guliver Augusto Leão
	Representante das empresas de televisão (inciso II)	
João Camilo Júnior		1 VAGO
	Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	
VAGO		1 VAGO
	Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	
Valderez de Almeida Donzelli		1 Olimpio José Franco
	Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	
Maria José Braga		1 Elisabeth Villela da Costa
	Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	
José Antônio de Jesus da Silva		1 Edwilson da Silva
	Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	
VAGO		1 Fabio Almeida Mateus
	Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	
Sonia Santana		1 Luiz Antonio Gerace
	Representante da sociedade civil (inciso IX)	
Miguel Matos		1 Angela Cignachi
Patricia Blanco		2 Renato Godoy de Toledo
Davi Emerich		3 Bia Barbosa
VAGO		4 Daniel José Queiroz Ferreira
Fabio Andrade		5 VAGO

REUNIÕES ORDINÁRIAS:
 SECRETÁRIO(A):
 TELEFONE-SECRETARIA: 3303-5258
 FAX:

TELEFONE - SALA DE REUNIÕES: 3303-5258
 E-MAIL: ccscn@senado.leg.br
[HTTPS://WWW25.SENADO.LEG.BR/WEB/ATIVIDADE/CONSELHOS/-/CONSELHO/CCS](https://www25.senado.leg.br/web/atividade/conselhos/-/CONSELHO/CCS)



CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
57ª LEGISLATURA

Em 3 de julho de 2023
(segunda-feira)
às 09h30

PAUTA

3ª Reunião - Semipresencial

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - CCS

1ª PARTE	Audiência Pública Interativa
2ª PARTE	Reunião Ordinária
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

Retificações:

1. Inclusão dos anexos da pauta. (29/06/2023 15:24)

1ª PARTE

Audiência Pública Interativa

Assunto / Finalidade:

Audiência Pública sobre Violência Contra Profissionais de Comunicação e Valorização da Comunicação Social

Observações:

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do portal e-cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone da ouvidoria 0800 061 22 11.

Convidados:**Samira de Castro**

Presidenta da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ)

Presença Confirmada

Ricardo Ortiz

Dirigente da Federação Interestadual dos Trabalhadores em Radiodifusão e Televisão (FITERT)

Presença Confirmada

Taís Gasparian

Fundadora e Diretora do Instituto TornaVoz

Videoconferência Confirmada

Rogério Christofolletti

Professor da Universidade Federal de Santa Catarina

Videoconferência Confirmada

2ª PARTE

Reunião Ordinária

Finalidade:

I – LEITURA DO EXPEDIENTE

II – ORDEM DO DIA

ITEM 1 - Proposta de realização de audiência pública sobre os impactos da inteligência artificial na comunicação social;

ITEM 2 - Definição de matérias prioritárias para análise da 6ª composição do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional e designação de relatorias.

III – RELATÓRIO DE ANDAMENTO DAS COMISSÕES TEMÁTICAS

IV – COMUNICAÇÕES DOS CONSELHEIROS

V – PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Anexos da Pauta
[Matérias na Câmara dos Deputados](#)
[Matérias no Senado Federal](#)

Nº	Identificação	Situação	Autor	Ementa	Observações
1	PL 3504/2021	CCIC	Adriana Ventura (NOVO-SP)	Liberdade de Expressão Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, para ampliar e promover o direito de liberdade de expressão em face da administração pública e de agentes públicos.	
2	PDL 128/2023	Aguardando despacho do Presidente	Bia Kicis (PL-DF)	Susta a Portaria nº 351/2023, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que dispõe sobre medidas administrativas a serem adotadas no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, para fins de prevenção à disseminação de conteúdos flagrantemente ilícitos, prejudiciais ou danosos por plataformas de redes sociais, e dá outras providências.	PDL 122/2023 e PDL 139/2023 tratam do mesmo tema
3	PL 2630/2020	Aguardando Criação de Comissão Temporária pela MESA	Senado Federal - Alessandro Vieira - CIDADANIA/SE	Institui a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet.	Possui centenas de apensados
4	PL 2858/2022	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	Major Vitor Hugo - PL/GO	Concede anistia a todos os que tenham participado de manifestações em qualquer lugar do território nacional do dia 30 de outubro de 2022 ao dia de entrada em vigor desta Lei, nas condições que especifica.	
5	PL 1912/2023	Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados	Carol Dartora - PT/PR	Altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, para dispor sobre a garantia da responsabilização ulterior de usuários da Internet, respeitada a liberdade de pensamento e de expressão, em conformidade com o artigo 13, da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, Decreto nº 678, de 06 de novembro de 1992.	
6	PL 3046/2022	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Comunicação (CCOM)	Sóstenes Cavalcante - PL/RJ	Altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), para disciplinar o procedimento relativo ao bloqueio de contas de membros do Congresso Nacional nas redes sociais da Internet.	
7	PL 4762/2019	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Cultura	Carlos Jordy (PSL-RJ)	Institui o Dia Nacional de Combate à Intolerância Ideológica no Brasil e dá outras providências.	
8	PL 1459/2023	Aguardando despacho do Presidente	Gustavo Gayer (PL-GO)	Altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, para dispor sobre a remoção de conteúdos gerados pelo usuário em aplicações de internet.	
9	PL 2175/2023	Aguardando despacho do Presidente	Rubens Pereira Júnior (PT-MA)	Dispõe sobre o marco regulatório do metaverso e estabelece princípios, diretrizes e normas para o uso e a realização de negócios jurídicos nesse ambiente virtual.	
10	PL 2120/2023	Aguardando despacho do Presidente	Mendonça Filho (UNIÃO-PE)	Institui o Marco Legal das Plataformas Digitais (MLP) e dá outras providências.	
11	PL 3453/2004	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania	Wladimir Costa (PMDB-PA)	Acrescenta o art. 323-A à Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que "Institui o Código Eleitoral".	
12	PL 6314/2005	Aguardando constituição de comissão especial pela Mesa	Takayama (PMDB-PR)	Acrescenta inciso ao art. 142 da Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal.	O projeto e seus apensos tratam do livre exercício da liberdade religiosa, de expressão e de consciência.
13	PL 2782/2022	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania	José Medeiros (PL-MT)	Tipifica como crime de abuso de autoridade a suspensão ou o bloqueio injustificado de página ou perfil na Internet de Deputado ou Senador, e disciplina a retirada de conteúdos publicados na Internet nas hipóteses que especifica.	
14	PL 2657/2022	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Cultura	Gilson Marques (NOVO-SC)	Veda a censura à produção jornalística, a censura prévia e de ofício durante o período eleitoral e dispõe sobre o crime de censura eleitoral, adiciona art. 43-A, §4º ao art. 57-C e art. 57-K à lei 9.504, de 30 de setembro de 1997 e art. 38-A à lei 13.689 de 5 de setembro de 2019 e dá outras providências.	
15	PL 4744/2022	Pronta para entrar na pauta de votações no Plenário	Senado Federal - Sérgio Souza (PMDB-PR)	Altera a redação dos arts. 32 e 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para inserir novas disciplinas obrigatórias nos currículos dos ensinos fundamental e médio.	
16	PL 1468/2022	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania	Lídice da Mata (PSB-BA)	Altera o art. 24 da Lei nº 9.610, de 1998, para estabelecer como direito moral do autor a faculdade de se opor a qualquer modificação de sua obra para fim político-partidário.	

17	PL 5499/2019	Aguardando a designação de relator na Comissão de Administração e Serviço Público	Marcelo Calero (CIDADANIA-RJ)	Altera a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e revoga a Lei nº 5.536, de 21 de novembro de 1968, que dispõe sobre a censura de obras teatrais e cinematográficas, cria o Conselho Superior de Censura, e dá outras providências dá outras providências.	
18	PL 5941/2013	Aguardando a designação de relator na Comissão de Administração e Serviço Público	Anderson Ferreira (PR-PE)	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991 - Lei Rouanet, para vedar o uso de recursos públicos em práticas que importem induzimento ou instigação de terceiros ao uso indevido de drogas ou à prática de crimes contra a dignidade sexual.	
19	PL 1015/2019	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania	Capitão Augusto (PR-SP)	Altera o art. 9º do Decreto-Lei nº 1001, de 21 de outubro de 1969, Código Penal Militar, para dispor sobre o direito de manifestação do pensamento do militar.	
20	PL 1102/2022	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania	Carla Zambelli (PL-SP)	Concede anistia aos fatos que especifica.	
21	PL 7107/2014	Aguardando a designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania	Domingos Sávio (PSDB-MG)	Acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei dos Crimes Hediondos, Lei nº 8.072, de 25 de julho 1990, classificando como hediondo o crime cometido contra a vida, a segurança e a integridade física do jornalista e profissional de imprensa no exercício da sua atividade.	
22	PL 3227/2021	Aguardando despacho do Presidente	Poder Executivo	Altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, e a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para dispor sobre o uso de redes sociais.	
23	PL 254/2022	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania	Bia Kicis (PSL-DF)	Acrescenta o § 1º-A ao art. 20 da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para prever o crime de falsa acusação de nazismo.	
24	PL 2041/2007	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Cultura	Dr. Nechar (PV-SP)	Altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações.	
25	PL 4356/2019	Aguardando a designação de relator na Comissão de Trabalho	Gilson Marques (NOVO-SC)	Revoga os artigos 4º, 6º, 7º e 8º da Lei nº 6.533, de 24 de maio de 1978, que Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Artistas e de técnico em Espetáculos de Diversões, e dá outras providências.	
26	PL 1804/2015	Aguardando a designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania	Rogério Rosso (PSD-DF)	Altera o art. 208 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para aumentar a pena; e altera a Lei nº 8072, de 25 de julho de 1990 para considerá-lo como crime hediondo.	Possui apensados que tratam de crimes contra a liberdade religiosa.
27	PL 1354/2021	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Comunicação	Denis Bezerra (PSB-CE)	Altera o MCI, com a finalidade de criar estímulo à pluralidade e diversidade de notícias, assegurar medidas de proteção ao jornalismo nacional e combater as fake news, para adotar política de tratamento não discriminatório das empresas de mídia de jornais, revistas, rádio e televisão legalmente instituídas bem como para criar mecanismos de equanimidade, pluralidade e diversidade de conteúdo na internet.	Apensados que tratam da remuneração aos veículos de imprensa pela reprodução de conteúdo por estes produzido.
28	PL 2390/2015	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Comunicação	Pastor Franklin (PTdoB-MG)	Altera a Lei nº 8.069, de 12 de julho de 1990, criando o Cadastro Nacional de Acesso à Internet, com a finalidade de proibir o acesso de crianças e adolescentes a sítios eletrônicos com conteúdo inadequado.	
29	PL 5941/2013	Aguardando a designação de relator na Comissão de Administração e Serviço Público	Anderson Ferreira (PR-PE)	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991 - Lei Rouanet, para vedar o uso de recursos públicos em práticas que importem induzimento ou instigação de terceiros ao uso indevido de drogas ou à prática de crimes contra a dignidade sexual.	
30	PL 490/2011	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Comunicação	Senado Federal - Roberto Cavalcanti (PRB-PB)	Altera a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que "Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências", para disciplinar a denominação das entidades autorizadas a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária.	
31	PL 3911/2021	Aguardando a designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania	Bia Kicis (PSL-DF)	Acrescenta o art. 146-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para prever o crime de cerceamento ilegítimo.	

32	PL 3308/2019	Aguardando a designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania	Alexandre Padilha (PT-SP)	Dispõe sobre a apresentação de artistas de rua nos logradouros públicos.
33	PEC 265/2008	Aguardando a criação da comissão especial pela Mesa Diretora	Henrique Afonso (PT-AC)	Retira imunidade tributária atribuída a publicações, quando apresentem caráter pornográfico.
34	PL 6418/2005	Pronta para entrar na pauta de votações no Plenário	Senado Federal - Paulo Palm (PT-RS)	Define os crimes resultantes de discriminação e preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem.
35	PL 215/2015	Pronta para entrar na pauta de votações no Plenário	Hildo Rocha (PMDB-MA)	Acrescenta inciso V ao art. 141 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. aumenta em 1/3 a pena para os chamados crimes contra a honra, quando cometidos em redes sociais.
36	PL 7107/2014	Aguardando a designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania	Domingos Sávio (PSDB-MG)	Acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei dos Crimes Hediondos, Lei nº 8.072, de 25 de julho 1990, classificando como hediondo o crime cometido contra a vida, a segurança e a integridade física do jornalista e profissional de imprensa no exercício da sua atividade.
37	PL 1804/2015	Aguardando a designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania	Rogério Rosso (PSD-DF)	Altera o art. 208 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para aumentar a pena; e altera a Lei nº 8072, de 25 de julho de 1990 para considerá-lo como crime hediondo. aumentar a pena para o crime "ultraje a culto e impedimento ou perturbação de ato a ele relativo" tipificado no art. 208 do Código Penal, bem como considerá-lo como crime hediondo.
38	PL 368/2022	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Comunicação	Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PSL-SP)	Altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, para proibir que emissoras de radiodifusão que não forem controladas pela União, pelos Estados e pelos Municípios recebam recursos públicos, a qualquer título, ou obtenham crédito junto a instituições financeiras constituídas sob a forma de empresa pública ou de sociedade de economia mista.
39	PEC 150/2012	Aguardando a criação da comissão especial pela Mesa Diretora	Sandro Alex (PPS-PR)	Dá nova redação à alínea "d" do inciso VI do art. 150 da Constituição Federal, para estender a imunidade tributária concedida aos livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão, aos livros, jornais e periódicos editados em qualquer meio físico ou eletrônico.
40	PEC 185/2015	Aguardando a criação da comissão especial pela Mesa Diretora	Renata Abreu (PTN-SP)	Acrescenta o inciso LXXIX ao art. 5º da Constituição Federal, para assegurar a todos o acesso universal à Internet entre os direitos fundamentais do cidadão.
41	PL 3596/2020	Aguardando a designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania	Pedro Lucas Fernandes (PTB-MA)	Altera a Lei nº 13.869, de 2019, para estabelecer novas hipóteses de crime de abuso de autoridade no que diz respeito à atuação de magistrados nas redes sociais ou em qualquer outro meio de comunicação.
42	PL 2378/2020	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Comunicação	Shéridan (PSDB-RR)	Define garantias para o pleno exercício da liberdade de imprensa e tipifica, como crime de abuso de autoridade, condutas que impeçam ou dificultem o livre exercício do jornalismo.
43	PL 3431/2021	Aguardando a designação de relator na Comissão de Comunicação	André Figueiredo (PDT-CE)	Institui a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Musical Brasileira - Condemúsica, com o objetivo de propiciar meios para fomentar o desenvolvimento da indústria fonográfica nacional e a composição, produção, distribuição e execução de obras musicais e litero-musicais brasileiras e em língua portuguesa
44	PL 11/2003	Aguardando a criação da comissão especial pela Mesa Diretora	Iara Bernardi (PT-SP)	Proíbe a veiculação de peças publicitárias, em qualquer meio de comunicação, que utilizem imagens sexuais como atrativo.
45	PL 796/2003	Aguardando a designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania	Adão Pretto (PT-RS)	Revoga o art. 70 da Lei nº 4.117, de 1962, extinguindo a pena de detenção para quem opera emissora de radiodifusão sem autorização oficial.
46	PL 542/2019	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania	Maria do Rosário (PT-RS)	Dispõe sobre a isonomia no tratamento dos veículos de imprensa em entrevistas coletivas de imprensa concedidas por representantes dos Poderes da República, Órgãos Públicos ou de Instituições Públicas
47	PL 6060/2009	Aguardando a designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania	Vicentinho (PT-SP)	Estabelece mecanismos de incentivo para a produção, publicação e distribuição de revista em quadrinhos nacionais.
48	PL 8889/2017	Aguardando a criação da comissão especial pela Mesa Diretora	Paulo Teixeira (PT-SP)	Dispõe sobre a provisão de conteúdo audiovisual por demanda (CAvD) e dá outras providências.

49	PL 3981/2008	Aguardando a designação de relator na Comissão de Trabalho	Celso Russomanno (PP-SP)	Dispõe sobre a criação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Jornalismo, sobre o exercício da profissão de Jornalista, e dá outras providências.
50	PL 6337/2019	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Cultura	Luis Miranda (DEM-DF)	Altera a Lei nº 13.188, de 11 de novembro de 2015, concedendo às pessoas físicas e jurídicas o direito de se manifestar previamente à divulgação, por veículo de comunicação social, de matéria cujo conteúdo possa atentar contra a sua honra ou imagem.
51	PL 5403/2020	Aguardando a designação de relator na Comissão de Defesa do Consumidor	Norma Ayub (DEM-ES)	Altera a Lei nº 9.503, de 1997, Código de Trânsito Brasileiro, para estabelecer obrigação de divulgação de informações sobre veículos automotores em peças publicitárias.
52	PL 239/2022	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Comunicação	Coronel Armando (PSL-SC)	Esta Lei disciplina a propaganda e venda de alimentos com altos teores de açúcar e alimentos ultraprocessados
53	PL 4180/2021	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Defesa do Consumidor	Alexandre Frota (PSDB-SP)	Estabelece a proibição de propaganda ou publicidade em todos os veículos de comunicação da comercialização de qualquer arma de fogo.
54	PL 1053/2003	Pronta para entrar na pauta de votações no Plenário	André Luiz (PMDB-RJ)	Dispõe sobre a inclusão da linguagem de sinais na publicidade institucional de qualquer nível de Governo e dá outras providências.
55	PL 1496/2015	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Saúde	Sóstenes Cavalcante (PSD-RJ)	Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para proibir a publicidade de bebidas alcoólicas em eventos de natureza desportiva.
56	PL 702/2011	Aguardando a designação de relator na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família	Marcelo Matos (PDT-RJ)	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, restringindo a veiculação de propaganda de produtos infantis.
57	PL 2090/2023	Aguardando despacho do Presidente	Ana Paula Lima (PT-SC)	Veda a publicidade do comércio de armas letais em todo o sistema de transporte de veículos coletivos públicos e privados sob concessão pública.
58	PL 6191/2016	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Comunicação	Erika Kokay (PT-DF)	Dispõe sobre a publicidade de cunho misógino, sexista ou estimuladora de agressão ou violência sexual.
59	PL 5533/2013	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Comunicação	Silas Câmara (PSD-AM)	Acrescenta dispositivo à Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, para permitir que as entidades autorizadas a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão - RTV - possam realizar inserções locais de programação e publicidade, na forma que especifica.
60	PL 4340/2020	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Comunicação	Giovani Cherini (PL-RS)	"Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996 (Lei Murad), para restringir a publicidade de medicamentos nos meios de comunicação social."
61	PL 4013/2020	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Saúde	Paula Belmonte (CIDADANIA-DF)	Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para tratar da publicidade e da venda de bebidas alcoólicas, bem como institui fundo para apoiar as pessoas acometidas pelo consumo abusivo de bebidas alcoólicas.
62	PL 967/2015	Aguardando a designação de relator na Comissão de Saúde	Delegado Waldir (PSDB-GO)	Dispõe sobre a proibição de uso de modelos mulheres para divulgação de propagandas de lingerie e afins em vias públicas, bem como em mídias visuais como TV, Jornais impressos e similares.
63	PL 2434/2021	Aguardando a designação de relator na Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial	Guilherme Derrite (PP-SP)	Dispõe sobre a proibição de publicidade, por qualquer veículo de comunicação, que se refira a orientação sexual ou movimentos de diversidade sexual, que contem com a participação de crianças e adolescentes, ou sejam a elas direcionadas.
64	PL 3646/2008	Aguardando a designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania	Vanderlei Macris (PSDB-SP)	Modifica a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, para definir regras para a publicidade comercial nas emissoras de televisão.
65	PL 1944/2007	No Senado Federal	Felipe Bornier (PHS-RJ)	Regulamenta o exercício do Profissional de Marketing, e dá outras providências.
66	PL 2071/2023	Aguardando despacho do Presidente	Capitão Augusto (PL-SP)	Dispõe sobre a proibição e penalização de estabelecimentos comerciais que realizem propaganda de vendas de produtos similares a chocolate como se fossem chocolate, e dá outras providências.
67	PL 1637/2007	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Saúde	Carlos Bezerra (PMDB-MT)	Dispõe sobre oferta, propaganda, publicidade, informação e outras práticas correlatas, cujo objeto seja a divulgação e a promoção de alimentos com quantidades elevadas de açúcar, de gordura saturada, de gordura trans, de sódio, e de bebidas com baixo teor nutricional.

68	PL 564/2015	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Saúde	Vanderlei Macris (PSDB-SP)	Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, diminuindo o grau de concentração Gay-Lussac.
69	PL 753/2015	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Saúde	João Daniel (PT-SE)	Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal, para proibir a veiculação de propagandas de bebidas alcoólicas destiladas, cervejas e bebidas energéticas nas redes de televisão de canal aberto, transmissoras de rádios.
70	PL 2041/2021	Em fase de recurso na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados	David Miranda (PSOL-RJ)	Dispõe sobre a realização de propagandas e publicidade para promoção de imagem ambiental positiva por empresas detentoras de passivos ambientais.
71	PL 1865/2023	Aguardando despacho do Presidente	Lincoln Portela (PL-MG)	Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para dispor sobre a propaganda de bebidas alcoólicas nas emissoras de televisão.
72	PL 3415/2019	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Comunicação	Filipe Barros (PSL-PR)	Inclui o § 3º no art. 273 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para agravar a pena para a venda de remédios abortivos e altera o inciso V, do art. 10, da Lei 6.437, de 20 de agosto de 1977 para incluir a aplicação de multa 10x maior que o mínimo legal para quem faz propaganda de medicamentos proibidos que provoquem aborto.
73	PL 26/2019	Aguardando a designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania	Wellton Prado (PROS-MG)	Estabelece o limite máximo de quinze minutos para a veiculação de propagandas antes do início dos filmes exibidos nas salas de cinema.
74	PL 2600/2003	Pronta para entrar na pauta de votações no Plenário	Jefferson Campos (PMDB-SP)	Obriga que o brinquedo similar ou assemelhado a arma de fogo, arma do tipo "branca" ou outra espécie de arma contenha indicação de que estimula a violência e que pode ser utilizado para a prática de crime.
75	PL 4375/2004	Aguardando a designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania	Lincoln Portela (PL-MG)	Acrescenta parágrafo ao art. 45 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece "normas para as eleições". Dispõe que os jornalistas, radialistas ou apresentadores de TV deverão se desvincular das emissoras, sem perda de remuneração ou cargo, caso participem de programa eleitoral, de qualquer candidato, veiculado no horário eleitoral gratuito.
76	PRC 39/2020	Aguardando a designação de relator na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados	Rosana Valle (PSB-SP)	Institui o "Prêmio Gilberto Dimenstein de Jornalismo e Comunicação".
77	PL 191/2015	Aguardando a designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania	Vicentinho (PT-SP)	Altera a Lei 10.446, de 08 de maio de 2002, para dispor sobre a participação da Polícia Federal na investigação de crimes em que houver omissão ou ineficiência das esferas competentes e em crimes contra a atividade jornalística.
78	PL 90/2022	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Cultura	Carla Zambelli (PSL-SP)	Inscribe no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria o nome de OLAVO LUIZ PIMENTEL DE CARVALHO
79	PLP 30/2021	Aguardando os pareceres dos relatores na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania; na Comissão de Finanças e Tributação; Aguardando a designação de relator no Plenário	Senado Federal - Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)	Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir que os jornalistas sejam incluídos como microempreendedores individuais.
80	PL 597/2021	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania	Flávio Nogueira (PDT-PI)	Declara as obras do poeta, compositor, cineasta e jornalista piauiense Torquato Neto constituídas como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil.
81	PEC 206/2012	Pronta para entrar na pauta de votações no Plenário	Senado Federal - Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)	Acrescenta §§ 7º e 8º ao art. 220 da Constituição Federal, para dispor sobre a profissão de jornalista.

82	PL 239/2011	Aguardando a designação de relator na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família	Sandes Júnior (PP-GO)	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para garantir seguro de vida aos jornalistas profissionais.
83	PL 2135/2015	Aguardando a designação de relator na Comissão de Trabalho	Delegado Waldir (PSDB-GO)	Acrescenta os artigos 309-A e 309-B à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a fim de estabelecer o pagamento de adicionais de periculosidade e insalubridade para os jornalistas profissionais.
84	PL 2068/2021	Aguardando a designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania	Alexandre Frota (PSDB-SP)	Dispõe sobre as indenizações por assédio moral cometidos contra jornalistas no exercício da profissão.
85	PL 1970/2023	Aguardando despacho do Presidente	Fábio Macedo (PODE-MA)	Altera a Lei nº 13.819, de 26 de abril de 2019, para dispor sobre a divulgação de informações jornalísticas sobre casos de suicídio e de tentativa de suicídio.
86	PL 6373/2013	No Senado Federal	Andre Moura (PSC-SE)	Altera o art. 1º da Lei nº 11.327, de 24 de julho de 2006. Dia do Radialista, 21 de setembro.
87	PL 3030/2022	Aguardando a designação de relator na Comissão de Trabalho	Mauro Nazif (PSB-RO)	Acrescenta dispositivos à Lei nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978, para dispor sobre a identidade profissional de Radialistas.
88	PL 3982/2012	No Senado Federal	Andre Moura (PSC-SE)	Fixa o piso salarial nacional dos radialistas.
89	PL 2041/2007	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Cultura	Dr. Nechar (PV-SP)	Altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações.
90	PL 3055/2022	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação	Alex Santana (REPUBLIC-BA)	Dispõe sobre a obrigação de que equipamentos celulares comercializados no Brasil sejam equipados com tecnologia de recepção de sinais de radiodifusão sonora em Freqüência Modulada – FM.
91	PL 1984/2015	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Turismo	Alex Manente (PPS-SP)	Torna obrigatória, na transmissão de evento esportivo ou cultural, a disponibilização de tempo no rádio e televisão para divulgação institucional da Cidade sede do evento
92	PL 7309/2010	Aguardando a designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania	Silas Câmara (PSC-AM)	Dispõe sobre o direito de acesso gratuito dos órgãos de segurança ao rádio e à televisão, e dá outras providências.
93	PL 2469/2022	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Cultura	Poder Executivo	Institui o Dia Nacional do Rádio, a ser comemorado, anualmente, em 25 de setembro.
94	PL 4133/2012	No Senado Federal	Senado Federal - Marcelo Crivella (PRB-RJ)	Dispõe sobre a concessão de financiamento às entidades detentoras de autorização para a exploração de Serviço de Radiodifusão Comunitária.
95	PL 7670/2006	No Senado Federal	Chico Alencar (PSOL-RJ)	Dispõe sobre a veiculação gratuita de informação educativa sobre o câncer pelas emissoras de rádio e televisão.
96	PL 3156/2004	Aguardando a designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania	Ivan Valente (PT-SP)	Dispõe sobre o dever das empresas de rádio ou televisão de informar aos ouvintes ou telespectadores os dados das obras musicais executadas em sua programação.
97	PL 2532/2023	MESA DIRETORA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (MESA)	Laura Carneiro (PSD-RJ)	Estabelece a obrigatoriedade dos provedores de serviços de internet e redes sociais atuarem preventivamente contra a divulgação não autorizada de conteúdo íntimo, visando proteger a privacidade, dignidade e integridade das pessoas.
98	PL 2355/2023	Aguardando despacho do Presidente	José Medeiros (PL-MT)	Altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, e a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para dispor sobre o uso de redes sociais.
99	PL 1985/2023	Aguardando despacho do Presidente	Fábio Teruel (MDB-SP)	Altera os arts.154, 212 e 325 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) para inserir causa especial de aumento de pena nos crimes de Violação do segredo profissional e Violação de sigilo funcional quando estes versarem sobre laudo ou prontuário médico, e para tipificar a conduta de vilipendiar cadáver por meio da divulgação de imagens na rede mundial de computadores, em redes sociais ou em aplicativos de mensagens instantâneas.
100	PL 3955/2021	Aguardando a designação de relator na Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial	Nereu Crispim (PSL-RS)	Institui o Dia Nacional de Combate ao Ódio e à Violência nas Redes Sociais.

101	PL 215/2015	Pronta para entrar na pauta de votações no Plenário	Hildo Rocha (PMDB-MA)	Acrescenta inciso V ao art. 141 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.	aumenta em 1/3 a pena para os chamados crimes contra a honra, quando cometidos em redes sociais.
102	PL 2004/2023	Aguardando despacho do Presidente	Domingos Neto (PSD-CE)	Estabelece normas, procedimentos e mecanismos de uso e de transparência para provedores de aplicação de Internet do tipo plataforma digital de conteúdo de terceiros para proteção de crianças e adolescentes.	
103	PL 1585/2019	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Comunicação	Dr. Jaziel (PR-CE)	Altera o Decreto Lei 2.848 de 20 de dezembro de 1940, altera a 12.965 de 23 de abril de 2014 e dá outras providências.	proíbe a divulgação de nomes e a veiculação de fotos, vídeos e imagens que permitam a identificação de autores de crimes que provoquem terror social, como massacres em igrejas ou escolas.
104	PL 109/2019	Aguardando a designação de relator na Comissão de Trabalho	Roberto de Lucena (PODE-SP)	Regulamenta a participação de crianças e adolescentes nos meios de comunicação.	
105	PL 2477/2022	Aguardando a designação de relator na Comissão de Administração e Serviço Público	Adriana Ventura (NOVO-SP)	Altera a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 para fortalecer a liberdade de imprensa e o direito de acesso à informações públicas.	
106	PL 3513/2021	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Cultura	Alexandre Frota (PSDB-SP)	Fica expressamente proibida a retirada de qualquer homenagem feitas a pessoas elencadas nesta Lei, pelo Poder Executivo e dá outras providências	
107	PL 6722/2010	No Senado Federal	Poder Executivo	Institui o Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura - Procultura, e dá outras providências.	
108	PL 1473/2022	Aguardando a designação de relator na Comissão de Finanças e Tributação	Célio Studart (PSD-CE)	Altera o art. 74, da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.	gratuidade no acesso aos eventos que contarem com a participação de profissional artístico contratado pelas Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
109	PL 4857/2020	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Cultura	Deuzinho Filho (REPUBLIC-CE)	Estabelece cota mínima para a contratação obrigatória de artistas de baixa renda e de artistas idosos de baixa renda nas produções audiovisuais financiadas por recursos públicos.	
110	PL 6465/2019	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Trabalho	Roberto Pessoa (PSDB-CE)	Dispõe sobre a obrigatoriedade de contratação de artistas locais na abertura dos shows, eventos musicais ou culturais financiados por recursos públicos	
111	PL 117/2023	Aguardando a designação de relator na Comissão de Trabalho	Rubens Otoni (PT-GO)	Institui regras para as empresas que contratarem show artístico ou apresentação com pagamento por couvert artístico.	
112	PL 152/2022	Aguardando a designação de relator na Comissão de Trabalho	Alexandre Padilha (PT-SP)	Altera a lei nº 6.533/78 que "dispõe sobre a regulamentação das profissões de Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões, e dá outras providências" para garantir o reconhecimento e representação sindical dos trabalhadores e trabalhadoras, artistas e técnicos.	
113	PL 4293/2020	Aguardando a designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania	Felício Laterça (PSL-RJ)	Tipifica a conduta de falsificar assinatura em obra de arte.	
114	PL 4281/2012	Aguardando a designação de relator na Comissão de Finanças e Tributação	Senado Federal - Inácio Arruda (PCdoB-CE)	Institui a Bolsa-Artista.	
115	PL 1858/2023	Aguardando despacho do Presidente	Fernanda Pessoa (UNIÃO-CE)	Acrescenta o §5º ao art. 3º-A da Lei 13.977 de 08 de janeiro de 2020, dispondo sobre os assentos preferenciais para as pessoas com transtorno do espectro autista – TEA.	
116	PL 2305/2021	Aguardando votação na Comissão de Cultura	Zé Vitor (PL-MG)	Modifica a Lei nº 11.577, de 22 de novembro de 2007, determinando que a exibição de filmes com classificação indicativa de até 12 anos de idade em salas de cinema seja precedida da divulgação de mensagem de advertência contra a exploração sexual e o tráfico de crianças e adolescentes.	

117	PL 147/2023	Aguardando a designação de relator na Comissão de Educação	Renata Abreu (PODE-SP)	Altera a Lei nº 12.933, de 26 de dezembro de 2013, que "Dispõe sobre o benefício do pagamento de meia-entrada para estudantes, idosos, pessoas com deficiência e jovens de 15 a 29 anos comprovadamente carentes em espetáculos artístico-culturais e esportivos, e revoga a Medida Provisória no 2.208, de 17 de agosto de 2001", para estender a condição de estudante por um ano após a conclusão do ensino médio.
118	PL 3091/2022	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Cultura	José Nelto (PP-GO)	Dispõe sobre a obrigatoriedade da realização de sessão de cinema adaptada a pessoas com transtorno de espectro autista (TEA), em âmbito Federal.
119	PL 231/2023	Aguardando a designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania	Bernardo Ariston (PSB-RJ)	Dispõe sobre a criação de áreas e instalação de assentos para pessoas portadoras de deficiência (PPDs) e pessoas obesas e dá outras providências.
120	PL 5361/2020	Aguardando a designação de relator na Comissão de Defesa do Consumidor	Juninho do Pneu (DEM-RJ)	Dispõe sobre a distância mínima, nas salas de projeção cinematográfica, entre a tela de projeção e a primeira fileira de poltronas.
121	PL 53/2003	Aguardando a designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania	Carlito Merss (PT-SC)	Determina que as emissoras de televisão e salas de exibição destinem cotas de programação mensal para filmes produzidos nas Américas do Sul e Central e dá outras providências.
122	PL 2714/2019	Aguardando a designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania	Felipe Franciscchini (PSL-PR)	Altera o Decreto-Lei 2.848 de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para estabelecer o tipo penal de gravação de filmes no interior das salas de cinema (camcording).
123	PL 7773/2017	Aguardando a designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania	Pollyana Gama (PPS-SP)	Dispõe sobre a obrigatoriedade de cinemas, teatros, estádios, casas de shows e similares permitirem o consumo de bebidas e alimentos.
124	PL 9972/2018	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência	Fábio Trad (PSD-MS)	Dispõe sobre a obrigatoriedade da realização de sessão de cinema adaptada a pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e suas famílias no País.
125	PL 1691/2019	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Defesa do Consumidor	Jéssica Sales (MDB-AC)	Dá nova redação ao artigo 23 da lei 10.741, de 01 de outubro de 2003, incluindo o parágrafo único ao referido artigo, para prever a necessidade das salas de cinema, cineclubes, teatros, espetáculos musicais, circenses, e eventos educativos, esportivos, de lazer e de entretenimento, em destinarem, pelo menos, 3% (três por cento) da sua carga de ingressos para o acesso gratuito do idoso com renda igual ou inferior a 2 (dois) salários mínimos.
126	PL 5497/2019	Pronta para entrar na pauta de votações no Plenário	Marcelo Calero (CIDADANIA-RJ)	Altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, para prorrogar o prazo de obrigatoriedade de exibição comercial de obras cinematográficas brasileiras até 2031.
127	PL 549/2015	Aguardando a designação de relator na Comissão de Trabalho	Alice Portugal (PCdoB-BA)	Garante o pagamento do adicional de insalubridade aos fotógrafos, operadores de câmeras de cinema e televisão e trabalhadores assemelhados, e dá outras providências.
128	PL 5502/2019	Em fase de recurso na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados	Marcelo Calero (CIDADANIA-RJ)	Altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, para dispor sobre a sede e foro da Ancine.
129	PL 7499/2006	Aguardando a designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania	Carlos Nader (PL-RJ)	Dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas que administram cinemas em todo o território nacional, a ceder, dois minutos antes das sessões, ao Poder Público, para a realização de campanhas sócio-educativas.
130	PL 7036/2010	No Senado Federal	Fábio Faria (PMN-RN)	Determina a obrigatoriedade da veiculação, por parte das companhias aéreas nacionais e dos exibidores de cinema, de filmes ou vídeos que combatam a pedofilia.
131	PL 1821/2003	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Cultura	Vicentinho (PT-SP)	Dispõe sobre a veiculação obrigatória, nas emissoras de televisão, de desenhos animados produzidos nacionalmente e dá outras providências.
132	PL 2764/2021	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação	Tito (AVANTE-BA)	Altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, para obrigar que os aparelhos televisores comercializados no país contenham antena digital acoplada e demais componentes necessários para recepção de sinais de radiodifusão de sons e imagens.
133	PL 3005/2022	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Cultura	Flávia Moraes (PDT-GO)	Altera a Lei n.º 9.294, de 15 de julho de 1996, para restringir a exibição de cigarros e demais produtos fumíferos em programas transmitidos por emissoras de televisão de sinal aberto.

134	PL 2312/2020	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Comunicação	Paula Belmonte (CIDADANIA-DF)	Estabelece a obrigatoriedade de exibição da Bandeira Nacional Brasileira, atendidas as normas de forma e apresentação dos Símbolos Nacionais, em filmes, programas de televisão, séries, telenovelas e outros conteúdos audiovisuais cuja produção tenha sido financiada ou patrocinada com o uso de recursos públicos ou oriundos de empresas estatais.
135	PL 1708/2021	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Comunicação	Comissão de Legislação Participativa	Dispõe sobre a consignação de canais de televisão para a Câmara dos Deputados, Senado Federal e Supremo Tribunal Federal no Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.
136	PL 1022/2019	Aguardando a designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania	Flordelis (PSD-RJ)	Altera a Lei n.º 4.117, de 27 de agosto de 1962, para estabelecer a obrigatoriedade de exibição de mensagens educativas de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes na mídia eletrônica.
137	PL 4664/2016	Em fase de recurso na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados	Vinicius Carvalho (PRB-SP)	Altera a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, proibindo as prestadoras do serviço de comunicação de acesso condicionado de inserir nos monitores de televisão dos assinantes os dizeres sobre atrasos no pagamento de fatura.
138	PL 256/1991	No Senado Federal	Jandira Feghali (PCDOB-RJ)	Regulamenta o disposto no inciso III do artigo 221 da Constituição Federal, referente à regionalização da programação cultural, artística, e jornalística e à produção independente nas emissoras de rádio e TV e dá outras providências.
139	PL 3842/2019	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania	Alice Portugal (PCdoB-BA)	Tipifica criminalmente a conduta, de pais ou responsáveis, de omissão ou de contraposição à vacinação de crianças ou adolescentes, incluindo artigo no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal.
140	PL 3306/2020	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)	Alexandre Frota (PSDB-SP)	"Proíbe a utilização de qualquer tipo de acesso a internet da administração pública para a veiculação de notícias falsas e dá outras providências"
141	PL 1913/2023	Aguardando despacho do Presidente	Kim Kataguiri (UNIÃO-SP)	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal, para dispor sobre a divulgação de conteúdos que atentam contra a cidadania digital.
142	PL 1809/2023	Aguardando despacho do Presidente	Dorinaldo Malafala (PDT-AP)	Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, para dispor sobre o combate à divulgação de mentiras (fake news) que ponham em risco a saúde da população.
143	PL 3131/2020	Aguardando a designação de relator na Comissão de Finanças e Tributação	Ronaldo Carletto (PP-BA)	Institui multa por confecção e divulgação de notícias falsas (fake news) sobre a pandemia de covid-19.
144	PL 1596/2020	Aguardando a designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania	Senado Federal - Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)	Altera a Lei 0 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), para determinar que a propaganda institucional do Tribunal Superior Eleitoral contemple advertência sobre notícias falsas.
145	PL 1473/2023	Aguardando a designação de relator na Comissão de Cultura	Aureo Ribeiro (SOLIDARI-RJ)	Esta Lei torna obrigatória a disponibilização, por parte das empresas que operam sistemas de inteligência artificial, de ferramentas que garantam aos autores de conteúdo na internet a possibilidade de restringir o uso de seus materiais pelos algoritmos de inteligência artificial, com o objetivo de preservar os direitos autorais.
146	PL 2421/2023	Aguardando despacho do Presidente	Camila Jara (PT-MS)	Dispõe sobre a criação do Fundo de Renda Básica, que será utilizado para redistribuição de renda para os trabalhadores afetados pelo uso de inteligência artificial e alto grau de automação no mercado de trabalho.
147	PL 2394/2023	Aguardando despacho do Presidente	Delegado Marcelo Freitas (UNIÃO-MG)	Criminaliza a produção, oferta, comercialização, divulgação, transmissão ou posse de imagens que representem crianças ou adolescentes em cenas de sexo explícito, implícito ou de cunho pornográfico, utilizando recursos de inteligência artificial ou meio semelhante. Acrescenta o artigo 241-F, à Lei 8.069 de 13 de julho de 1.990, (Estatuto da Criança e do Adolescente) e dá outras providências.
148	PL 759/2023	Aguardando a designação de relator na Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação	Lebrão (UNIÃO-RO)	Regulamenta os sistemas de Inteligência Artificial, e dá outras providências.

149	PL 791/2023	Aguardando a designação de relator na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	Emanuel Pinheiro Neto (MDB-MT)	Estabelece procedimentos a serem adotados pela União em regime de colaboração com os Estados, Distrito Federal e Municípios em situação de riscos e desastres mediante o uso de Sistemas de Processamento de Dados e de Inteligência Artificial (IA), com objetivo na organização, solução e implementação integrada e da outras providências.
150	PL 705/2022	Aguardando a designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania	Helio Lopes (UNIÃO-RJ)	Dispõe sobre a compatibilização dos sistemas de Inteligência Artificial utilizados pela Administração Pública a práticas da agenda ambiental, social e de governança.
151	PL 21/2020	No Senado Federal	Eduardo Bismarck (PDT-CE)	Estabelece fundamentos, princípios e diretrizes para o desenvolvimento e a aplicação da inteligência artificial no Brasil; e dá outras providências.
152	PL 5845/2016	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania	Sandro Alex (PSD-PR)	Altera os artigos 155, 157, 180 e 266 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal.
153	PL 4026/2004	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Comunicação	Cláudio Magrão (PPS-SP)	Dispõe sobre os limites à concentração econômica nos meios de comunicação social, e dá outras providências.
154	PL 4340/2020	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Comunicação	Giovani Cherini (PL-RS)	Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996 (Lei Murad), para restringir a publicidade de medicamentos nos meios de comunicação social.
155	PL 190/2019	Aguardando a designação de relator na Comissão de Trabalho	Roberto de Lucena (PODE-SP)	Regulamenta a participação de crianças e adolescentes nos meios de comunicação.
156	PL 541/2003	Aguardando a designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania	André Luiz (PMDB-RJ)	Proíbe a veiculação de anúncios de Tele-Sexo nos meios de comunicação, em todo o Território Nacional.
157	PL 1876/2023	Aguardando despacho do Presidente	Marcos Tavares (PDT-RJ)	Altera a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, para obrigar a divulgação de incidentes de segurança de dados pessoais em veículos de comunicação social.
158	PL 4336/2016	Aguardando a designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania	Luiza Erundina (PSB-SP)	Dispõe sobre o direito de resposta ou retificação em defesa de grupos sociais sobre matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social
159	PL 2065/2023	Aguardando despacho do Presidente	Marcos Tavares (PDT-RJ)	Altera a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, para obrigar a divulgação de incidentes de segurança de dados pessoais em veículos de comunicação social.
160	PL 2525/1992	Pronta para entrar na pauta de votações no Plenário	Cunha Bueno (PDS-SP)	Inclui os incisos X e XI no art. 4º da Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991, que institui o Conselho de Comunicação Social.
161	PL 4159/2020	Aguardando despacho do Presidente	Carla Zambelli (PSL-SP)	Equipara o tratamento jurídico dispensado aos regimes totalitários nacional-socialistas (nazistas) e comunistas em território nacional, vedando sua apologia e propaganda.

Observações:

Clicando na identificação do projeto é possível seguir o link para a página do projeto no site da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

No caso de projetos apensados, foi incluído apenas o projeto principal;

Não foram incluídas matérias arquivadas, prejudicadas, rejeitadas, retiradas ou transformadas em norma jurídica;

Foram pesquisadas as matérias levantadas até a 5ª Composição do Conselho de Comunicação Social e acrescentadas as matérias pertinentes apresentadas até 15/05/2023, buscando por termos como "comunicação social", "meios de comunicação", "liberdade de expressão", "conteúdos em meios de comunicação", "publicidade", "propaganda", "jornalismo", "jornalista(s)", "jornal", "radialismo", "radialista(s)", "rádio", "redes sociais", "mídias sociais", "blog(s)", "imprensa", "artista(s)", "cinema" e "televisão", "fake news";

Sugestões de acréscimo de matérias devem ser enviadas para ccscn@senado.gov.br com a identificação do projeto.

Nº	Identificação	Último local	Último estado	Autor	Ementa	Observações
1	PBS 56/2019	CCI - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	03/06/2022 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senador Humberto Costa (PT/PE)	Cria a Instituição Independente de Acompanhamento das Mídias Sociais no âmbito do Senado Federal.	
2	PLS 520/2015	CAS - Comissão de Assuntos Sociais	05/04/2023 - MATÉRIA COM A RELATORIA	Senador Paulo Paim (PT/RS)	Probe a publicação em jornais de anúncio de emprego, sem a devida identificação da empresa contratante.	
3	PLP 53/2021	CAE - Comissão de Assuntos Econômicos	02/02/2023 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senador Jader Barbalho (MDB/PA)	Altera a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1.996, a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, a Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989, a Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, e a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, para zerar as alíquotas incidentes sobre os produtos que compõem a cesta básica nacional, relativamente ao Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, à Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP, à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, ao Imposto sobre Produtos Industrializados- IPI, proibir o aumento dos alimentos que compõem a cesta básica nacional acima da inflação e conceder o direito ao recebimento de cesta básica de alimentos para as famílias carentes em situação de vulnerabilidade social.	
4	PL 635/2022	CCI - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	19/04/2023 - AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS	Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE)	Dispõe sobre os requisitos de funcionamento dos provedores de rede social e mensageria instantânea.	
5	PL 613/2022	CCI - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	19/04/2023 - AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS	Senador Carlos Viana (MDB/MG)	Torna obrigatória a identificação de usuários em veículos de comunicação social e provedores de notícias em redes sociais.	
6	PL 385/2021	CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	19/04/2023 - AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS	Senador Rogério Carvalho (PT/SE)	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para criminalizar a conduta de difamação contra os mortos nas situações em que o ofensor tenha, entre suas motivações, o preconceito contra a pessoa ou grupo de pessoas; e a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, para implementar os mandados de criminalização de condutas discriminatórias definidos nos incisos XII e XIII do art. 5º da Constituição da Federal e para criminalizar a prática, indução ou incitação ao ódio, à intolerância e à violência contra pessoa ou grupo de pessoas, em razão de sua raça, cor, etnia, religião, nacionalidade, procedência, classe ou origem social, situação migratória ou de refugiado, sexo, identidade ou expressão de gênero ou orientação sexual.	
7	PL 4469/2021	PLEN - Plenário do Senado Federal	22/12/2021 - AGUARDANDO DESPACHO	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Altera a Lei 4.737, de 15 de julho de 1965, que institui o Código Eleitoral; Lei nº 9.504 de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, para atualizar o conceito de comunicação social visando à inclusão das redes sociais e aplicativos de mensagem.	
8	PL 3814/2021	CCT - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	13/04/2023 - MATÉRIA COM A RELATORIA	CPI da Pandemia	Altera as Leis nº 12.965, de 23 de abril de 2014, que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil e nº 9.613, de 3 de março de 1998, que dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, e dá outras providências, para cobrir a criação e a disseminação de notícias falsas por meio da internet.	
9	PL 3234/2021	PLEN - Plenário do Senado Federal	22/12/2021 - AGUARDANDO DESPACHO	Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA)	Altera o art. 80 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), para regulamentar os procedimentos que devem ser cumpridos quanto a elaboração do assento de óbito, nos casos em que o falecido deixou filho menor ou incapaz, acrescida da comunicação da orfandade bilateral acaso constatada pelo oficial de registro civil aos órgãos públicos de assistência social e de proteção da infância e da juventude.	
10	PL 2602/2021	PLEN - Plenário do Senado Federal	22/12/2021 - AGUARDANDO DESPACHO	Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)	Altera a Lei nº 14.124, de 10 de março de 2021, que dispõe sobre as medidas excepcionais relativas à aquisição de vacinas e de insumos e à contratação de bens e serviços de logística, de tecnologia da informação e comunicação, de comunicação social e publicitária e de treinamentos destinados à vacinação contra a covid-19 e sobre o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19, para determinar a realização de campanhas de conscientização acerca da importância da vacinação contra a covid-19 e alertar sobre os prejuízos individuais e coletivos decorrentes da não vacinação e dos atrasos e interferências no cronograma de vacinação provocados por recusa de determinadas vacinas pela população.	
11	PL 1116/2021	PLEN - Plenário do Senado Federal	22/12/2021 - AGUARDANDO DESPACHO	Senador Jaques Wagner (PT/BA)	Altera a Lei 7.716, de 05 de janeiro de 1989, para incluir aos crimes capitulados no art. 20, a hipótese de apologia a ideologia ou ação de grupo supremacista branco, ou outro congêneres, com causa de aumento de pena quando cometido por servidor público ou com finalidade de atentar contra as instituições democráticas.	

12	PL 3683/2020	CCT - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	13/04/2023 - MATÉRIA COM A RELATORIA	Senador Angelo Coronel (PSD/BA)	Altera a legislação criminal, eleitoral e de improbidade administrativa para elevar penas e sanções de crimes já tipificados e outras condutas ilegais, e criar novos tipos penais, especialmente quando praticados na internet.
13	PL 5504/2019	CCI - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	02/02/2023 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE)	Dispõe sobre o caráter educativo, informativo ou de orientação social da publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas da administração pública, nos termos do art. 37, § 1º, da Constituição Federal.
14	PL 5 218/2018	Último loca07/04/2020 - SF-SEXPE - Secretaria de Expediente	Último estado: 07/04/2020 - REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS	Senador Antonio Carlos Valadares	Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, para determinar que a propaganda institucional do Tribunal Superior Eleitoral contemple advertência sobre notícias falsas. Explicação da Emenda: Altera a Lei Geral das Eleições, para estabelecer que a propaganda institucional promovida pelo TSE nos anos eleitorais esclarecerá sobre a disseminação de informações e notícias falsas, advertindo para as sanções decorrentes de sua divulgação.
15	PL 3734/2019	CCI - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	25/02/2021 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, para inserir o art. 311-A que tipifica como crime a conduta de divulgar ou disseminar informação relativa a local, data ou horário de realização de blitz.
16	PL 747/2021	09/08/2021 – Plenário do Senado Federal (Secretaria Legislativa do Senado Federal)	22/12/2021 - AGUARDANDO DESPACHO	Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP)	Altera a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, para determinar a identificação, na publicidade oficial de obras públicas, da autoria de emenda parlamentar inserida na Lei Orçamentária Anual.
17	PL 3590/2019	CCI - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	25/02/2021 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senador Marcos do Val (CIDADANIA/ES)	Altera a Lei nº 13.188, de 11 de novembro de 2015, que dispõe sobre o direito de resposta ou de retificação do ofendido em matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social, para disciplinar o direito de resposta ou de retificação nos casos de publicação ofensiva na internet.
18	PL 2989/2019	CCI - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	02/02/2023 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senador Lucas Barreto (PSD/AP)	Dispõe sobre a anistia de multas eleitorais em execução pela Fazenda Nacional, aplicadas pela Justiça Eleitoral até o pleito de 2016.
19	PL 1377/2019	CCI - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	25/02/2021 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL)	Altera a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, para instituir a obrigatoriedade de o prestador de serviço público fazer comunicação oficial ao usuário no caso de a sua demanda não tiver sido atendida.
20	PDL 10/2023	PLEN - Plenário do Senado Federal	03/02/2023 - AGUARDANDO DESPACHO	Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE)	Susta os efeitos dos Artigos 23, I e 24, I, do Decreto 11.362/23 do Governo Federal, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República e remaneja cargos em comissão e funções de confiança.
21	PDL 878/2021	CCT - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	05/04/2023 - MATÉRIA COM A RELATORIA	Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural e Comunicação Social de Orobó para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Orobó, Estado de Pernambuco.
22	PDL 719/2021	CCT - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	11/04/2023 - MATÉRIA COM A RELATORIA	Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Promoção Educacional, Cultural, Artística, Esportiva e Comunicação Social de Ribeira do Pombal para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ribeira do Pombal, Estado da Bahia.
23	PDL 489/2021	CCT - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	20/04/2023 - MATÉRIA COM A RELATORIA	Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural Artística Desportiva e de Comunicação Social Nova Campina para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nova Campina, Estado de São Paulo.
24	PDL 438/2021	CCT - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	10/04/2023 - MATÉRIA COM A RELATORIA	Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Social e Comunicação Popular de Paraipaba para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Paraipaba, Estado do Ceará.

25	PDL 364/2021	CCT - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	18/04/2023 - MATÉRIA COM A RELATORIA	Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação Cultural, Social e Turística de Vassouras - ACSTV para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Vassouras, Estado do Rio de Janeiro.
26	PDL 319/2021	CCT - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	18/04/2023 - MATÉRIA COM A RELATORIA	Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ACCS - Associação Cultural e Comunicação Social para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itupeva, Estado de São Paulo.
27	PL 4459/2019	CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	02/02/2023 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senador Marcio Bittar (MDB/AC)	Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para determinar que as empresas e os institutos de pesquisa sejam obrigados a informar o percentual de acerto das pesquisas eleitorais realizadas por eles.
28	PL 3314/2019	CTFC - Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor	02/02/2023 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senador Marcelo Castro (MDB/PI)	Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para vedar ao fornecedor de produtos ou serviços promover a prática de atos de marketing invasivo por meio telefônico, que envolvam mensagem de áudio, vídeo ou texto.
29	PDL 404/2021	21/02/2022 - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	18/04/2023 - MATÉRIA COM A RELATORIA	Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação pelo Desenvolvimento Comunitário dos Meios de Comunicação de Lebon Régis para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina.
30	PLS 44/2016	Último local: 17/11/2019 - SF-SEXP E - Secretaria de Expediente	Último estado: 17/11/2019 - REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS	Senador Cristovam Buarque	Altera a Lei nº 12.127, de 17 de dezembro de 2009, para dispor sobre a divulgação de informações de pessoas desaparecidas na televisão. Explicação da Ementa: Obriga o Poder Executivo Federal a divulgar informações de pessoas desaparecidas na Televisão, mediante inserções diárias de no mínimo um minuto, no período compreendido entre dezoito e vinte e duas horas.
31	PL 997/2023	05/04/2023 - Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor	18/04/2023 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senadora Teresa Leitão (PT/PE)	Dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação de mensagem de advertência em peças publicitárias destinadas à comercialização de produtos ou serviços que contenham imagem digitalmente modificada para alterar as características físicas de pessoa retratada.
32	PL 600/2023	19/04/2023 - Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo	28/04/2023 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)	Altera os arts. 29, 30 e 33 do Capítulo V da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, que trata da modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa, para vedar a oferta de jogos não expressamente autorizados pela legislação por parte das empresas que a exploram; excluir do mercado empresas que aliciam atletas, árbitros e treinadores para o cometimento de fraudes; direcionar recursos para mitigar danos sociais e aprimorar a fiscalização e o controle dessa atividade; e estabelecer limites às suas ações de publicidade, propaganda e patrocínio.
33	PL 3608/2021	15/10/2021 - Plenário do Senado Federal (Secretaria Legislativa do Senado Federal)	22/12/2021 - AGUARDANDO DESPACHO	Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)	Altera a Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010, que dispõe sobre as normas gerais para licitação e contratação pela administração pública de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda e dá outras providências, para exigir das empresas que veiculam publicidade da administração pública federal a divulgação de eventos esportivos não cobertos pelos meios de comunicação.
34	PL 666/2019	Último local: 20/04/2023 - Secretaria de Atas e Diários	Último estado: 20/04/2023 - MATÉRIA DESPACHADA	Senador Werverton	Altera a Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que "Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária", para permitir a veiculação de publicidade institucional. Explicação da Ementa: Altera a Lei das Rádios Comunitárias, para prever que as prestadoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária poderão admitir patrocínio sob a forma de publicidade institucional pública ou privada, de interesse cultural, social ou da publicidade de atos da administração pública. Estabelece em 10% da programação diária o tempo máximo de publicidade.
35	PL 592/2023	19/04/2023 - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	28/04/2023 - MATÉRIA COM A RELATORIA	Senador Jorge Seif (PL/SC)	Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002; a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014; a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998; a Lei nº 13.869, de 5 de setembro de 2019; a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990; e a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, a fim de proteger a personalidade digital das pessoas naturais e a liberdade de expressão na internet.

36	PL 2885/2022	08/12/2022 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	19/12/2022 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senador Renan Calheiros (MDB/AL)	Define os crimes de intolerância política e dá outras providências.
37	PRS 15/2022	28/04/2022 - Plenário do Senado Federal (Secretaria Legislativa do Senado Federal)	18/07/2022 - AGUARDANDO DESPACHO	Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO/AL)	Institui o evento Hackathon – Senado Federal e dá outras providências.
38	PRS 61/2021	10/11/2021 - Plenário do Senado Federal (Secretaria Legislativa do Senado Federal)	22/12/2021 - AGUARDANDO DESPACHO	Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN)	Dispõe sobre a divulgação, independentemente de solicitação, de dados sobre despesas e contratos celebrados no âmbito do Senado Federal.
39	PLS 192/2018	12/04/2023 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	12/04/2023 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, com o objetivo de assegurar celeridade na realização de procedimentos indicados no âmbito do Sistema Único de Saúde.
40	PLS 785/2015	17/03/2023 - Comissão de Assuntos Econômicos	16/03/2023 - DESARQUIVADA - RISO ART 332 § 1º	Senador Paulo Paim (PT/RS)	Acrescenta a Seção IV e respectivos artigos ao Capítulo IV da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, a fim de estabelecer um teto para os gastos com a contratação de serviços de propaganda e publicidade.
41	PLP 119/2022	30/08/2022 - Comissão de Assuntos Econômicos	30/08/2022 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senador Guaracy Silveira (AVANTE/TO)	Cria o Plano Plurianual de Redução da Violência e dispõe sobre o Planejamento e sua transparência na Segurança Pública.
42	PLP 68/2022	14/07/2022 - Comissão de Assuntos Econômicos	05/08/2022 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senador Jorginho Mello (PL/SC)	Altera as Leis Complementares nºs 101, de 4 de maio de 2000, e 105, de 10 de janeiro de 2001, para determinar que os agentes públicos divulguem informações relativas a operações de crédito destinadas a empresas privadas e realizadas com recursos públicos, ainda que garantidas por fundo garantidor em que o Poder Público aporte recursos, contendo inclusive o objetivo da operação, o benefício econômico a ser auferido e uma avaliação dos resultados alcançados.
43	PLP 206/2020	09/08/2021 - Plenário do Senado Federal (Secretaria Legislativa do Senado Federal)	22/12/2020 - AGUARDANDO DESPACHO	Senadora Leila Barros (PSB/DF)	Altera a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, para estabelecer critérios de publicidade de despesas em situações de calamidade e dá outras providências para assegurar transparência em relação às despesas e ações de combate à Covid-19.
44	PLP 185/2020	09/08/2021 - Plenário do Senado Federal (Secretaria Legislativa do Senado Federal)	22/12/2020 - AGUARDANDO DESPACHO	Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP)	Altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, para estabelecer na anexa Lista de Serviços subitem específico em relação à atividade de marketing promocional e para definir a base de cálculo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza incidente, inclusive sobre propaganda e publicidade.
45	PLP 168/2020	09/08/2021 - Plenário do Senado Federal (Secretaria Legislativa do Senado Federal)	22/12/2020 - AGUARDANDO DESPACHO	Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN)	Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e a Lei Complementar nº 173, de 4 de maio de 2020, com o objetivo de dar maior transparência ao uso dos recursos públicos, e dá outras providências.
46	PLC 6/2017	22/03/2023 - Comissão de Educação, Cultura e Esporte	29/03/2023 - MATÉRIA COM A RELATORIA	Câmara dos Deputados	Acrescenta § 3º ao art. 57 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para obrigar os laboratórios farmacêuticos a informarem nos rótulos de seus produtos alerta sobre a presença de substâncias consideradas como doping.
47	PL 1948/2023	18/04/2023 - Plenário do Senado Federal (Secretaria Legislativa do Senado Federal)	18/04/2023 - AGUARDANDO DESPACHO	Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG)	Dispõe sobre a publicação de débitos em atraso através de notificação ao contribuinte, em sites e aplicativos oficiais, referentes ao IPVA, DPVAT, e o CRLV.
48	PL 1731/2023	27/04/2023 - Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor	25/04/2023 - AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS	Senadora Damare Alves (REPUBLICANOS/DF)	Proíbe a apresentação de logotipos, slogans, divisas e motes de governo em instalações, veículos, livros, apostilas e equipamentos públicos da União.

49	PL 1864/2019	Último local: 02/02/2023 - CCI - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	Último estado: 02/02/2023 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senadora Eltziane Gama, Sena	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, a Lei nº 8.423, de 2 de junho de 1992, a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, a Lei nº 11.671, de 8 de maio de 2008, a Lei nº 12.037, de 1º de outubro de 2009, a Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, e a Lei nº 13.608, de 10 de janeiro de 2018, para estabelecer medidas contra a corrupção, o crime organizado e os crimes praticados com grave violência a pessoa.	Conhecido como "Pacote Anticrime"
50	PL 1865/2019	Último local: 07/10/2019 - SF-SEXPE - Secretaria de Expediente	Último estado: 05/08/2019 - APROVADA	Senadora Eltziane Gama, Sena	Altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, para criminalizar o uso de caixa dois em eleições.	Conhecido como "Pacote Anticrime"
51	PL 1012/2023	10/04/2023 - Comissão de Assuntos Sociais	17/04/2023 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senador Rogério Carvalho (PT/SE)	Acrescenta os arts. 461.A a 461. E à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer regras de transparência remuneratória, objetivando a isonomia entre homens e mulheres.	
52	PL 623/2023	05/04/2023 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	17/04/2023 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senador Magno Malta (PL/ES)	Probe a utilização de logomarca diversa do Brásão da República Federativa do Brasil na publicidade oficial da administração pública federal.	
53	PL 2914/2022	20/03/2023 - Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor	29/03/2023 - MATÉRIA COM A RELATORIA	Câmara dos Deputados	Dispõe sobre a representação de interesse realizada por pessoas naturais ou jurídicas perante agentes públicos com o fim de efetivar as garantias constitucionais, a transparência e o acesso a informações.	
54	PL 2896/2022	15/12/2022 - Plenário do Senado Federal (Secretaria Legislativa do Senado Federal)	29/12/2022 - AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA DE REQUERIMENTO	Câmara dos Deputados	Altera a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, para dispor sobre as vedações a serem observadas na indicação de pessoas para o conselho de administração e para a diretoria das estatais e sobre os gastos com publicidade e patrocínio da empresa pública e da sociedade de economia mista e suas subsidiárias, e a Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, para dispor sobre as vedações a serem observadas na indicação de pessoas para o conselho diretor ou a diretoria colegiada das agências reguladoras.	
55	PL 2628/2022	19/04/2023 - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	28/04/2023 - MATÉRIA COM A RELATORIA	Senador Alessandro Vieira (PSDB/SE)	Dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais.	
56	PL 2238/2022	17/03/2023 - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	13/04/2023 - MATÉRIA COM A RELATORIA	Câmara dos Deputados	Estabelece as informações que devem constar das páginas na internet de pessoas jurídicas de direito privado e de pessoas físicas que exerçam atividades empresariais na rede; e dá outras providências.	
57	PLP 89/2019	Último local: 24/04/2023 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	Último estado: 24/04/2023 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senadora Eltziane Gama, Sena	Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, e a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, para estabelecer regras de competência da Justiça Comum e da Justiça Eleitoral.	Conhecido como "Pacote Anticrime"
58	PL 2234/2022	11/08/2022 - Plenário do Senado Federal (Secretaria Legislativa do Senado Federal)	10/08/2022 - AGUARDANDO DESPACHO	Câmara dos Deputados	Dispõe sobre a exploração de jogos e apostas em todo o território nacional; altera a Lei nº 7.291, de 19 de dezembro de 1984; e revoga o Decreto-Lei nº 9.215, de 30 de abril de 1946, e dispositivos do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais), e da Lei nº 10.406, de 19 de janeiro de 2002 (Código Civil).	
59	PL 2081/2022	28/04/2023 - Comissão de Assuntos Sociais	27/04/2023 - AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS	Senador Paulo Paim (PT/RS)	Altera a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, para estabelecer limite para o custo efetivo total anual a ser cobrado pelas instituições consignatárias nas operações de crédito consignado que tenham como tomadores beneficiários de programas federais de transferência de renda ou de benefício de prestação continuada da assistência social, e para vedar o marketing ativo por instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil.	
60	PL 1996/2022	27/04/2023 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	27/04/2023 - AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, para dispor sobre as pesquisas de intenção de voto.	

61	PL 1858/2022	27/04/2023 - Comissão de Assuntos Econômicos	27/04/2023 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Comissão de Meio Ambiente	Institui normas gerais para a rastreabilidade social, ambiental e sanitária de produtos de cadeias produtivas da agropecuária, e altera as Leis nºs 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política agrícola, e 12.097, de 24 de novembro de 2009, que dispõe sobre o conceito e a aplicação de rastreabilidade na cadeia produtiva das carnes de bovinos e de búfalos, para coibir o desmatamento ilegal e o descumprimento da legislação trabalhista e sanitária.
62	PL 959/2022	26/04/2023 - Comissão de Educação, Cultura e Esporte	25/04/2023 - AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS	Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ)	Altera a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para incluir o esporte dentre as atividades previstas como pressuposto para dispensa de chamamento público.
63	PL 575/2022	25/04/2023 - Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor	28/04/2023 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES)	Altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para instituir normas especiais para o processo administrativo disciplinar relativo à prática de ato de corrupção.
64	PL 494/2022	20/04/2023 - Comissão de Meio Ambiente	19/04/2023 - AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS	Senador Rogério Carvalho (PT/SE)	Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências, para instituir a reavaliação periódica de agrotóxicos, seus componentes e afins.
65	PL 409/2022	17/03/2023 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	17/03/2023 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Câmara dos Deputados	Aprova o Plano Nacional do Esporte (PNEsporte), e altera as Leis nºs 13.756, de 12 de dezembro de 2018, e 11.438, de 29 de dezembro de 2006.
66	PL 234/2022	20/04/2023 - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	19/04/2023 - AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS	Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE)	Altera a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação) para instituir o teste de dano e interesse público para estabelecer ônus ao agente público que negar informação à sociedade e permitir o pedido de informação anônimo.
67	PL 42/2022	20/04/2023 - Comissão de Serviços de Infraestrutura	02/05/2023 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, para dispor sobre a interrupção das operações e dá outras providências.
68	PEC 29/2019	Último local: 02/02/2023 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Secretaria de Apoio à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)	Último estado: 02/02/2023 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senador Veneziano Vital do Rê	Altera o inciso XVII do caput do art. 37 da Constituição Federal, para autorizar a acumulação de dois cargos públicos de jornalista.
69	PL 3082/2021	08/09/2021 - Plenário do Senado Federal (Secretaria Legislativa do Senado Federal)	22/12/2021 - AGUARDANDO DESPACHO	Senador Jorge Kajuru (PODEMOS/GO)	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a divulgação pelas escolas de cursos na modalidade de educação a distância oferecidos pelo Poder Público.
70	PL 2751/2021	28/09/2021 - Plenário do Senado Federal (Secretaria Legislativa do Senado Federal)	22/12/2021 - AGUARDANDO DESPACHO	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	Altera dispositivos da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal.
71	PL 2338/2021	09/08/2021 - Plenário do Senado Federal (Secretaria Legislativa do Senado Federal)	22/12/2021 - AGUARDANDO DESPACHO	Senador Rogério Carvalho (PT/SE)	Disciplina a atividade de relações institucionais e governamentais de representação de grupos de interesse perante a administração pública federal, estadual, distrital e municipal.
72	PL 2326/2021	09/08/2021 - Plenário do Senado Federal (Secretaria Legislativa do Senado Federal)	22/12/2021 - AGUARDANDO DESPACHO	Senador Flávio Bolsonaro (PATRIOTA/RJ)	Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para estabelecer parâmetros na oferta de produtos e serviços ao consumidor.

73	PL 747/2021	09/08/2021 - Plenário do Senado Federal (Secretaria Legislativa do Senado Federal)	22/12/2021 - AGUARDANDO DESPACHO	Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP)	Altera a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, para determinar a identificação, na publicidade oficial de obras públicas, da autoria de emenda parlamentar inserida na Lei Orçamentária Anual.
74	PL 5179/2020	13/12/2021 - Comissão de Segurança Pública	09/03/2023 - MATÉRIA COM A RELATORIA	Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)	Altera a Lei nº 13.675, de 2018, para promover a transparência de informações de segurança pública.
75	PL 4501/2020	09/08/2021 - Plenário do Senado Federal (Secretaria Legislativa do Senado Federal)	22/12/2020 - AGUARDANDO DESPACHO	Senador Jaques Wagner (PT/BA)	Dispõe sobre a comercialização, propaganda, publicidade e promoção comercial de alimentos e bebidas ultraprocessados e uso de frituras e gordura trans em escolas públicas e privadas, em âmbito nacional.
76	PL 4403/2020	09/08/2021 - Plenário do Senado Federal (Secretaria Legislativa do Senado Federal)	22/12/2020 - AGUARDANDO DESPACHO	Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)	Determina que a União inclua pessoas negras e mulheres em seus anúncios e campanhas publicitárias.
77	PL 2922/2020	14/04/2021 - Plenário do Senado Federal (Secretaria Legislativa do Senado Federal)	14/04/2021 - PRONTO PARA DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO	Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)	Acrescenta dispositivo à Lei Federal nº 12.695, de 25 de julho de 2012, para proibir o anúncio publicitário em sites que veiculem Fake News.
78	PL 224/2020	11/02/2020 - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	20/04/2023 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senadora Leila Barros (PSB/DF)	Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal, para proibir a publicidade de bebidas alcoólicas nos veículos de comunicação e seu patrocínio a eventos esportivos.
79	PL 181/2020	19/12/2019 - Comissão de Assuntos Sociais	27/04/2023 - PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO	Câmara dos Deputados	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para determinar a afiação, nos estabelecimentos de atendimento à saúde, da relação atualizada dos direitos da criança e do adolescente hospitalizados, de seus pais e acompanhantes.
80	PL 143/2020	05/02/2020 - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	13/04/2023 - MATÉRIA COM A RELATORIA	Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)	Dispõe sobre a obrigatoriedade de mecanismos que fomentem maior transparência e publicidade no Exame Nacional no Ensino Médio – Enem.
81	PLS 633/2019	12/04/2023 - Secretaria de Expediente	13/04/2023 - REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS	Senadora Leila Barros	Altera a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que "Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal", para garantir a transparência e privilegiar o princípio da publicidade. Explicação da Emenda: Altera a Lei de Acesso à Informação, para prever hipóteses de ratificação em 30 dias da classificação do sigilo de informações nos graus secreto e ultrassecreto. Disciplina o controle de informações secretas e ultrassecretas que envolvam despesas públicas.
	PL 6473/2019	11/04/2023 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	11/04/2023 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senador Flávio Arns (REDE/PR)	Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências, para dispor sobre a publicidade dos trabalhos acadêmicos de conclusão de curso na educação superior.
82	PL 5926/2019	21/03/2023 - CE - Comissão de Educação, Cultura e Esporte	21/03/2023 - MATÉRIA COM A RELATORIA	Senador Carlos Portinho	Institui o Programa de Transparência dos Árbitros Assistentes de Vídeos e dos Áudios no futebol brasileiro.
	PL 5504/2019	02/02/2023 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	02/02/2023 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE)	Dispõe sobre o caráter educativo, informativo ou de orientação social da publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas da administração pública, nos termos do art. 37, § 1º, da Constituição Federal.
83	PL 4807/2019	02/02/2023 - CTFC - Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor	02/02/2023 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senadora Soraya Thronicke (PSU/MS)	Disciplina a comercialização de produtos no ambiente da internet para obrigar o fornecedor a divulgar as condições integrais da oferta, inclusive sobre a indisponibilidade do produto em território nacional.

84	PL 1943/2019	20/03/2023 - Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor	20/03/2023 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Câmara dos Deputados	Dispõe sobre a realização de campanhas publicitárias de promoção da igualdade de direitos entre homens e mulheres e sobre a veiculação de mensagens de advertência em referência às normas constitucionais e legais relativas à igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres; e dá outras providências.
85	PLC 30/2017	30/04/2019 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente	22/04/2019 - REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS	Deputada Federal Erika Kokay	Altera Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para proibir a utilização de mensagens subliminares na propaganda veiculada nas emissoras de radiodifusão.
86	PL 1401/2019	14/03/2023 - CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	14/03/2023 - MATÉRIA COM A RELATORIA	Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB)	Altera a Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, que "Dispõe sobre a oferta e as formas de fixação de preços de produtos e serviços para o consumidor".
87	PDL 143/2021	09/08/2021 - Plenário do Senado Federal (Secretaria Legislativa do Senado Federal)	22/12/2021 - AGUARDANDO DESPACHO	Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)	Susta a Resolução CM-CMED nº 1, de 31 de março de 2021, que dispõe sobre a forma de definição do Preço Fabricante (PF) e do Preço Máximo ao Consumidor (PMC) dos medicamentos em 31 de março de 2021, estabelece a forma de apresentação do Relatório de Comercialização à Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED) e disciplina a publicidade dos preços dos produtos farmacêuticos.
88	PLS 499/2018	30/03/2023 - Comissão de Assuntos Sociais	05/04/2023 - MATÉRIA COM A RELATORIA	CPI dos Maus-tratos - 2017	Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1995, para que bebidas com teor alcoólico superior a 0,5 graus Gay Lussac passem a ser consideradas bebidas alcoólicas.
89	PLS 528/2015	17/03/2023 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	17/03/2023 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senador Romário (PSB/RJ)	Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para dispor sobre o uso de panfletos em sistema Braille nas campanhas eleitorais dos candidatos aos cargos majoritários.
90	PLP 185/2020	09/08/2021 - Plenário do Senado Federal (Secretaria Legislativa do Senado Federal)	22/12/2020 - AGUARDANDO DESPACHO	Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP)	Altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, para estabelecer na anexa Lista de Serviços subitem específico em relação à atividade de marketing promocional e para definir a base de cálculo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza incidente, inclusive sobre propaganda e publicidade.
91	PLC 6/2017	22/03/2023 - Comissão de Educação, Cultura e Esporte	29/03/2023 - MATÉRIA COM A RELATORIA	Câmara dos Deputados	Acrescenta § 3º ao art. 57 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para obrigar os laboratórios farmacêuticos a informarem nos rótulos de seus produtos alerta sobre a presença de substâncias consideradas como doping.
92	PL 997/2023	05/04/2023 - Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor	18/04/2023 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senadora Teresa Leitão (PT/PE)	Dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação de mensagem de advertência em peças publicitárias destinadas à comercialização de produtos ou serviços que contenham imagem digitalmente modificada para alterar as características físicas de pessoa retratada.
93	PLS 769/2015	10/12/2019 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente	10/12/2019 - REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS	Senador José Serra	Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para vedar a propaganda de cigarros ou qualquer outro produto fumígeno e o uso de aditivos que confiram sabor e aroma a estes produtos, bem como estabelecer padrão gráfico único das embalagens de produtos fumígenos; altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para configurar como infração de trânsito o ato de fumar em veículos quando houver passageiros menores de dezoito anos; e dá outras providências.
94	PDS 88/2018	02/02/2023 - CCT - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	02/02/2023 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à Total – Comunicação, Publicidade e Produções Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Formosa do Rio Preto, Estado da Bahia.
95	PL 60/2023	19/04/2023 - Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo	28/04/2023 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)	Altera os arts. 29, 30 e 33 do Capítulo V da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, que trata da modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa, para vedar a oferta de jogos não expressamente autorizados pela legislação por parte das empresas que a exploram; excluir do mercado empresas que aliciam atletas, árbitros e treinadores para o cometimento de fraudes; direcionar recursos para mitigar danos sociais e aprimorar a fiscalização e o controle dessa atividade; e estabelecer limites às suas ações de publicidade, propaganda e patrocínio.

96	PL 1222/2022	26/04/2023 - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	25/04/2023 - AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS	Senadora Nilda Gondim (MDB/PB)	Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal, para tornar obrigatória a inserção, nas embalagens e nos rótulos de bebidas alcoólicas, de advertências para informar, com dados de morbidade e mortalidade, sobre os riscos associados ao consumo de álcool nas diferentes faixas etárias, especialmente na faixa menor de 18 anos.
97	PL 175/2022	20/04/2023 - Comissão de Segurança Pública	02/05/2023 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senador Fabiano Contarato (PT/ES)	Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para criminalizar condutas associadas à promoção do nazismo e do fascismo.
98	PL 4316/2021	21/02/2022 - Plenário do Senado Federal (Secretaria Legislativa do Senado Federal)	21/02/2022 - AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA DE REQUERIMENTO	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, para dispensar de registro a importação de agrotóxicos do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL nas condições que estabelece.
99	PL 4201/2020	20/04/2023 - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	19/04/2023 - AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS	Senador Eduardo Gomes (MDB/TO)	Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), para autorizar a propaganda paga mediante banners eletrônicos na Internet.
100	PL 2036/2020	10/03/2023 - Secretaria de Atas e Diários	10/03/2023 - AGUARDANDO DESPACHO	Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES)	Veda, a partido político, coligação e candidato, a contratação de qualquer forma de propaganda eleitoral ou outro serviço relacionado à campanha eleitoral provido por pessoa condenada em segunda instância, nos termos da Lei de Inelegibilidade.
101	PL 6198/2019	27/11/2019 - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária	15/03/2023 - MATÉRIA COM A RELATORIA	Senadora Etiziane Gama (CIDADANIA/MA)	Acresce § 7º ao art. 3º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências, para dispor sobre a obrigatoriedade de revisão periódica dos registros de agrotóxicos.
102	PL 989/2019	19/04/2023 - CTFC - Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor	19/04/2023 - MATÉRIA COM A RELATORIA	Senador Randolfe Rodrigues	Altera dispositivos da Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que "dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220, da Constituição Federal". Explicação da Ementa: Proíbe a realização de propaganda comercial de bebidas alcoólicas em território nacional, ressalvada a exposição dos produtos nos locais de venda, com as advertências do risco que seu consumo causa.
103	PL 5275/2019	21/12/2022 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	09/10/2019 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN)	Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para vedar a participação, nos programas e inserções de rádio e televisão destinados à propaganda eleitoral gratuita, de pessoas condenadas criminalmente ou por ato de improbidade administrativa enquanto estiverem cumprindo pena restritiva de liberdade ou de direitos.
104	PL 5014/2019	01/12/2021 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	01/12/2021 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Câmara dos Deputados	Obriga as empresas de transporte coletivo de passageiros e as empresas que exploram salas de cinema comerciais a veicular filmes ou vídeos com o objetivo de combater a violência, a perversão, o preconceito e o uso de drogas.
105	PL 4911/2019	21/12/2022 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	16/09/2019 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senador Jorge Kajuru (PATRIOTA/GO)	Acrescenta parágrafo ao art. 11 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para exigir, na propaganda do candidato incurso em situação de inelegibilidade após o momento de formalização do registro de sua candidatura, a inserção dos dizeres "este candidato foi incurso na Lei Complementar nº 64/90, e considerado ficha suja".
106	PL 4710/2019	19/04/2023 - CTFC - Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor	19/04/2023 - MATÉRIA COM A RELATORIA	Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN)	Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, para alterar a definição de bebida alcoólica e para proibir a comercialização e o consumo de bebidas alcoólicas em estabelecimentos de ensino.

107	PL 4231/2019	14/03/2023 - CMA - Comissão de Meio Ambiente	14/03/2023 - MATÉRIA COM A RELATORIA	Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN)	Altera o § 5º do art. 3º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências, para dispor sobre a limitação da quantidade anual de novos agrotóxicos liberados pelo Governo Federal.
108	PL 4146/2019	21/12/2022 - CCI - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	25/02/2021 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	Acrescenta dispositivos à Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para introduzir conceitos relativos a produto novo, produto equivalente e avaliação de risco, e estabelecer procedimentos relativos à avaliação de risco, classificação e registro de produtos.
109	PL 3617/2019	21/12/2022 - SF-SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal	17/02/2020 - PRONTO PARA DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO	Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL)	Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para instituir multa diária em caso de não realização da contrapropaganda.
110	PL 2276/2019	31/03/2022 - Plenário do Senado Federal (Secretaria Legislativa do Senado Federal)	31/03/2022 - PRONTO PARA DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO	Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	Torna obrigatória a produção impressa de propaganda eleitoral a partir de material biodegradável.
111	PEC 19/2021	09/08/2021 - Plenário do Senado Federal (Secretaria Legislativa do Senado Federal)	22/12/2021 - AGUARDANDO DESPACHO	Senador Paulo Paim (PT/RS) e outros	Altera o Capítulo IV – Dos Direitos Políticos, do Título II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais da Constituição e para estabelecer cota de vagas para candidatos negros nas eleições para o poder legislativo, e cota para candidaturas para cada sexo, e para dispor sobre a destinação dos recursos públicos do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha e o tempo de rádio e televisão.
112	PDL 828/2021	25/10/2021 - Plenário do Senado Federal (Secretaria Legislativa do Senado Federal)	22/12/2021 - AGUARDANDO DESPACHO	Senador Jaques Wagner (PT/BA)	Susta, nos termos do inciso V do art. 49 da Constituição Federal, os efeitos do Decreto nº 10.833, de 7 de outubro de 2021, que altera o Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002, que regulamenta a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins.
113	PDL 463/2019	04/05/2023 - Plenário do Senado Federal (Secretaria de Atas e Diários)	03/05/2023 - APROVADO PARECER NA COMISSÃO	Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão e Jornalismo Comunitário Popular de Samambaia para executar serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Samambaia, Distrito Federal.
114	PRS 117/2019	17/12/2019 - Comissão de Educação, Cultura e Esporte	22/03/2023 - MATÉRIA COM A RELATORIA	Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)	Institui o Prêmio Luis Gama do Senado Federal, a ser conferido anualmente a matérias jornalísticas que tratem da cultura negra.
115	PLS 205/2015	17/03/2023 - Comissão de Assuntos Sociais	05/04/2023 - MATÉRIA COM A RELATORIA	Senador Paulo Paim (PT/RS)	Acrescenta ao Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista, o art. 99-A, para assegurar a contratação de seguro de vida em grupo por parte do empregador para os empregados envolvidos em reportagens externas.
116	PL 1080/2023	19/04/2023 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	28/04/2023 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)	Altera os arts. 121, 129, 141, 147 e 163 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para aumentar as penas dos crimes de homicídio, lesão corporal, contra a honra, ameaça e dano quando cometidos contra profissional de imprensa no exercício da sua profissão ou em razão dela.
117	PL 2874/2020	09/08/2021 - Plenário do Senado Federal (Secretaria Legislativa do Senado Federal)	22/12/2020 - AGUARDANDO DESPACHO	Senador Werverton (PDT/MA)	Altera o Decreto Lei 2848 de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para agravar a pena cometida ao crime de lesão corporal cometido contra profissionais de imprensa no exercício da sua profissão ou em razão dela.
118	PL 4255/2020	16/12/2021 - Comissão de Assuntos Econômicos	07/02/2022 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senador Angelo Coronel (PSD/BA)	Modifica a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais, para versar sobre o pagamento de direitos na disponibilização de publicações de imprensa por provedores de aplicações de internet.
119	PL 641/2019	Último local: 23/03/2023 - Comissão de Assuntos Sociais	Último estado: 23/03/2023 - MATÉRIA COM A RELATORIA	Senador Ciro Nogueira	Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para regular as advertências sobre os riscos associados ao uso de narguilé. Explicação da Ementa: Altera a Lei Antifumo, para prever que a advertência sobre os malefícios do fumo deve constar na propaganda e nas embalagens do narguilé e dos insumos utilizados com produtos fumígenos. Determina que os locais de consumo de narguilé devem afixar cartaz com advertência sobre os riscos de seu uso.

120	PL 2871/2020	09/08/2021 - Plenário do Senado Federal (Secretaria Legislativa do Senado Federal)	22/12/2020 - AGUARDANDO DESPACHO	Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para assegurar a entrada e locomoção no país de jornalistas estrangeiros no caso de adoção de medidas de restrição temporária de entrada e saída do país.
121	PL 2813/2020	09/08/2021 - Plenário do Senado Federal (Secretaria Legislativa do Senado Federal)	22/12/2020 - AGUARDANDO DESPACHO	Senador Lucas Barreto (PSD/AP)	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para incluir dentre as agravantes genéricas do art. 61 a circunstância de cometer crime contra profissionais de imprensa no exercício da sua profissão ou em razão dela.
122	PEC 29/2019	02/02/2023 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	02/02/2023 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB) e outros	Altera o inciso XVI do caput do art. 37 da Constituição Federal, para autorizar a acumulação de dois cargos públicos de jornalista.
123	PLS 79/2018	03/05/2023 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	02/05/2023 - DESARQUIVADA - RISO ART 332 § 1º	Senador Ciro Nogueira (PP/PI)	Acrescenta ao Código Penal o art. 140-A, para criminalizar a divulgação de fotografias de pessoas acidentadas ou em situação vexatória.
124	PL 2264/2023	04/05/2023 - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	03/05/2023 - AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS	Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES)	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, e a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para uso da Internet no Brasil, para dispor sobre a divulgação de crimes cometidos com uso de violência no ambiente escolar.
125	PEC 31/2020	09/08/2021 - Plenário do Senado Federal (Secretaria Legislativa do Senado Federal)	22/12/2020 - AGUARDANDO DESPACHO	Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)	Altera o art. 150 da Constituição Federal para garantir a imunidade tributária aos livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.
126	PLC 426/2023	30/03/2023 - Comissão de Assuntos Econômicos	30/03/2023 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	Altera a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, para zerar os valores destinados ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações, à Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública e à Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional relacionados às estações rádio base e às repetidoras do Serviço Móvel Pessoal localizadas em áreas rurais.
127	PL 2684/2022	02/05/2023 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	28/04/2023 - AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS	Senador Guaracy Silveira (PP/TO)	Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), para extinguir o horário eleitoral gratuito no rádio e na televisão.
128	PL 2564/2022	27/04/2023 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	27/04/2023 - AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS	Senador Jorge Kajuru (PODEMOS/GO)	Altera a redação do caput do art. 46 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para restringir a obrigatoriedade de a emissora de rádio ou televisão convidar candidato a participar de debate eleitoral.
129	PL 2267/2022	20/03/2023 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	10/04/2023 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE)	Altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, para obrigar a execução do Hino Nacional antes ou após a retransmissão do programa oficial de informações dos Poderes da República.
130	PL 2108/2022	27/04/2023 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	27/04/2023 - AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS	Senador Alessandro Vieira (PSDB/SE)	Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para tornar obrigatória a participação em, pelo menos, três debates nas emissoras de rádio e televisão de candidatos e candidatas à Presidência da República e ao Governo dos Estados e do Distrito Federal e à Prefeitura de Municípios com mais de 200.000 (duzentos mil habitantes).
131	PL 869/2021	04/05/2023 - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	04/05/2023 - AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS	Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO)	Altera o art. 184 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para destinar à Empresa Brasil de Comunicação S.A. – EBC os bens empregados na prática do crime de atividade clandestina de telecomunicação.
132	PL 3194/2020	09/08/2021 - Plenário do Senado Federal (Secretaria Legislativa do Senado Federal)	22/12/2020 - AGUARDANDO DESPACHO	Senador Carlos Viana (PSD/MG)	Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para proibir a transmissão, por emissoras de rádio e de televisão, de programa apresentado ou comentado por candidato a partir da data do respectivo registro.
133	PL 4310/2019	22/03/2023 - CCT - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	22/03/2023 - MATÉRIA COM A RELATORIA	Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)	Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para dispor sobre a obrigatoriedade da apresentação de legendas em língua portuguesa nos documentários e programas jornalísticos transmitidos pelas empresas de comunicação.

134	PL 2106/2019	23/03/2023 - CCT - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	13/04/2023 - MATÉRIA COM A RELATORIA	Câmara dos Deputados	Dispõe sobre a veiculação gratuita de informação educativa acerca da prevenção de doenças pelas emissoras de rádio e televisão.	
135	PEC 190/2019	21/12/2022 - CCI - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	06/11/2019 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senadora Leila Barros (PSB/DF) e outros	Altera o artigo 221 da Constituição Federal, para estabelecer a pluralidade de ideias e a diversidade de opiniões como princípios a serem atendidos pelas emissoras de rádio e de televisão na produção e na programação do conteúdo por elas veiculados.	
136	PL 944/2023	05/04/2023 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	17/04/2023 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB)	Altera os arts. 218-C do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e 319 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, para estabelecer a obrigatoriedade de comparecimento a programas de recuperação e reeducação e prever medida cautelar de suspensão de conta em redes sociais, inclusive aplicativo de mensagens, no caso de cometimento do crime descrito naquele dispositivo.	
137	PL 2821/2022	02/05/2023 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	28/04/2023 - AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS	Senador Fabiano Contarato (PT/ES)	Altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil, para coibir disseminação de conteúdos que incitem o ódio, a discriminação ou o preconceito nas redes sociais e nas plataformas de busca.	
138	PL 830/2022	26/04/2023 - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	25/04/2023 - AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS	Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ)	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para aumentar as penas dos crimes previstos nos arts. 240, 241, 241-A a 241-D; bem como incluir a internet entre os possíveis meios de aliciamento, assédio, instigação ou constrangimento e, nesses casos, prever causa de aumento de pena para quem se vale de perfil em redes sociais para interagir com criança ou pratica abuso psicológico.	
139	PL 777/2022	26/04/2023 - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	25/04/2023 - AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS	Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES)	Altera o art. 287 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever que a apologia de crime ou criminoso pode ser perpetrada por meio da internet, inclusive redes sociais.	
140	PL 870/2021	08/11/2021 - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	13/04/2023 - MATÉRIA COM A RELATORIA	Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)	Altera a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), para dispor sobre a comercialização, o fornecimento e o compartilhamento de informações de usuários de redes sociais por seus provedores.	
141	PL 2140/2020	09/08/2021 - Plenário do Senado Federal (Secretaria Legislativa do Senado Federal)	22/12/2020 - AGUARDANDO DESPACHO	Senador Rogério Carvalho (PT/SE)	Altera o Código Penal para criminalizar a apologia à tortura e à instauração de regime ditatorial no país.	Tipifica as condutas de apologia à tortura ou torturadores e à instauração de regime ditatorial ou ruptura institucional, bem como prevê o agravamento da pena nas hipóteses de o crime ter sido cometido por agente político, membro do Poder Judiciário ou do Ministério Público, ou por meio da utilização de perfis falsos de redes sociais.
142	PL 630/2020	12/03/2020 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	23/03/2020 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO)	Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para criminalizar a conduta de praticar ato libidinoso com animal e dá outras providências.	Torna crime a prática de ato libidinoso com animal e a ela equipara a conduta de divulgação nas redes sociais de vídeos ou imagens da prática de atos libidinosos com animais.
143	PL 97/2020	04/02/2020 - Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor	02/02/2023 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senador Ciro Nogueira (PP/PI)	Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para impor ao fornecedor o dever de informar o preço de produto ou serviço ofertado por meio de redes sociais, e vedar a oferta de produtos ou serviços com preços diferenciados em razão de perfis ou características individuais de consumidores apuradas nessas redes.	Altera o Código de Defesa do Consumidor para determinar que ofertas publicitárias em redes sociais devam conter o preço de produto ou serviço ofertado e impedir que sejam feitas ofertas distintas a depender do perfil do consumidor na rede social, considerando crime a violação a esta previsão.
144	PEC 45/2022	02/05/2023 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	02/05/2023 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE) e outros	Altera o art. 53 da Constituição Federal, para atribuir ao Senado Federal e à Câmara dos Deputados a competência para suspender ou excluir as páginas, os canais e as contas de seus membros na rede mundial de computadores, nas plataformas de compartilhamento e nas redes sociais.	
145	PDL 132/2023	03/05/2023 - Comissão de Segurança Pública	03/05/2023 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)	Susta a Portaria do Ministério da Justiça e Segurança Pública nº 351, de 12 de abril de 2023, que trata de medidas administrativas para prevenção à disseminação de conteúdos flagrantemente ilícitos, prejudiciais ou danosos por plataformas de redes sociais.	

146	PI 4522/2020	09/08/2021 - Plenário do Senado Federal (Secretaria Legislativa do Senado Federal)	22/12/2020 - AGUARDANDO DESPACHO	Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para incluir o art. 146-A que criminaliza a hostilização a profissionais de imprensa.	
147	PRS 47/2019	21/12/2022 - CDIR - Comissão Diretora do Senado Federal	03/12/2019 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES)	Institui, no âmbito do Senado Federal, a Comenda Cora Coralina, destinada a homenagear escritores, escritoras, e artistas de destaque na área de cultura.	
148	PL 1045/2023	05/04/2023 - Comissão de Educação, Cultura e Esporte	19/04/2023 - MATÉRIA COM A RELATORIA	Senadora Ivete da Silveira (MDB/SC)	Altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para que sejam observados valores praticados em mercado ao se destinarem recursos para o pagamento de cachês a profissionais essenciais à execução de projetos culturais do segmento da dança clássica.	
149	PL 2504/2022	02/05/2023 - Comissão de Educação, Cultura e Esporte	28/04/2023 - AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS	Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR)	Institui o Dia Nacional do Artista Vidreiro.	
150	PL 1743/2022	05/07/2022 - Comissão de Educação, Cultura e Esporte	22/03/2023 - MATÉRIA COM A RELATORIA	Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS)	Institui o Dia Nacional do Artista Plástico.	
151	PL 1732/2021	17/03/2023 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	27/03/2023 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Câmara dos Deputados	Institui o Dia Nacional de Luta dos Trabalhadores e Trabalhadoras de Cultura, e dá outras providências.	
152	PL 3571/2020	20/04/2023 - Comissão de Educação, Cultura e Esporte	02/05/2023 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senador Eduardo Gomes (MDB/TO)	Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, para autorizar o emprego parcial dos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha na contratação de artistas.	Autoriza a apresentação remunerada de artistas em eventos relacionados à campanha eleitoral, desde que respeitado limite de gastos – vinte por cento dos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha destinados ao candidato, observado o limite máximo de vinte mil reais.
153	PL 5300/2019	21/12/2022 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	10/10/2019 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN)	Altera as Leis nºs 8.666, de 21 de junho de 1993, e 8.429, de 2 de junho de 1992, para vedar e incluir entre os atos de improbidade administrativa a contratação de profissional de qualquer setor artístico, com inexistência de licitação, estando a contratante em dificuldade financeira.	
154	PL 1994/2023	04/05/2023 - Comissão de Educação, Cultura e Esporte	03/05/2023 - AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS	Senador Humberto Costa (PT/PE)	Dispõe sobre a comunicação audiovisual sob demanda, a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional – CONDECINE e dá outras providências.	
155	PL 2331/2022	04/05/2023 - Comissão de Educação, Cultura e Esporte	03/05/2023 - AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS	Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)	Altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, para incluir a oferta de serviços de vídeo sob demanda ao público brasileiro como fato gerador da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional – CONDECINE.	
156	PL 5657/2020	09/08/2021 - Plenário do Senado Federal (Secretaria Legislativa do Senado Federal)	22/12/2020 - AGUARDANDO DESPACHO	Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)	Altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, para dispor sobre a previsão de cotas raciais e de gênero dentro os critérios para a aplicação de recursos de fomento e financiamento à indústria cinematográfica e videofonográfica nacional.	Determina que a Agência Nacional do Cinema (Ancine), ao estabelecer critérios para os recursos de fomento, deve incluir cotas raciais e de gênero.
157	PL 5145/2020	13/06/2022 - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	14/03/2023 - MATÉRIA COM A RELATORIA	Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO)	Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para determinar a inclusão de legendagem descritiva em filmes exibidos em salas de cinema.	
158	PL 5222/2019	13/04/2023 - CCT - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	13/04/2023 - MATÉRIA COM A RELATORIA	Senador Angelo Coronel (PSD/BA)	Altera a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, que dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado, para estabelecer condições isonômicas nas relações entre agentes do setor, e a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, para introduzir mecanismos de combate a práticas abusivas no mercado audiovisual.	Dispõe sobre a exploração das atividades de distribuição, programação e empacotamento da comunicação audiovisual de acesso condicionado, altera as definições de espaço qualificado e produtora brasileira independente e inclui entre as competências da Ancine a de zelar pela distribuição equilibradas das obras audiovisuais.
159	PL 2357/2019	02/02/2023 - CAE - Comissão de Assuntos Econômicos	02/02/2023 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senador Roberto Rocha (PSDB/MA)	Altera o § 2º e o 4º do art. 1º da Lei nº 12.933, de 26 de dezembro de 2013 que dispõe sobre o benefício do pagamento de meia-entrada para estudantes, idosos, pessoas com deficiência e jovens de 15 a 29 anos comprovadamente carentes em espetáculos artístico-culturais e esportivos, e revoga a Medida Provisória nº 2.208, de 17 de agosto de 2001.	

160	PI 1271/2019	14/03/2023 - CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	14/03/2023 - MATÉRIA COM A RELATORIA	Senador Izaki Lucas (PSDB/DF)	Acrescenta o art. 71-A à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, conferindo livre acesso nos eventos públicos e privados aos agentes ou comissários de proteção da infância e juventude.
161	PL 1433/2023	19/04/2023 - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	03/05/2023 - MATÉRIA COM A RELATORIA	Senador Magno Malta (PL/ES)	Acrescenta dispositivo ao Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990) para determinar que as emissoras públicas de radiodifusão veiculem mensagens sobre prevenção de drogas e maus-tratos infantil.
162	PL 1426/2022	20/04/2023 - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	08/05/2023 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senador Jorge Kajuru (PODEMOS/GO)	Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para prever a presença de intérprete da Língua Brasileira de Sinais em transmissões televisivas de jogo ou de competição desportiva.
163	PL 4305/2021	29/03/2023 - Comissão de Segurança Pública	13/04/2023 - MATÉRIA COM A RELATORIA	Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE)	Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências., para dispor sobre a veiculação pelas emissoras de radiodifusão de campanhas educativas destinadas a prevenir e a combater o uso de drogas.
164	PL 5833/2019	21/12/2022 - SF-SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal	12/03/2020 - PRONTO PARA DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO	Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS)	Dispõe sobre o serviço de retransmissão de televisão e altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, para estabelecer a obrigatoriedade da retransmissão diária de informações oficiais dos Poderes da República pelos canais de televisão aberta.
165	PL 4330/2019	21/12/2022 - CTFC - Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor	06/07/2022 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senador Ciro Nogueira (PP/PI)	Altera a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, que dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado, altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências, para permitir a integração das atividades da comunicação audiovisual de acesso condicionado.
166	PL 3832/2019	03/02/2023 - Plenário do Senado Federal (Secretaria Legislativa do Senado Federal)	03/02/2023 - AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA DE REQUERIMENTO	Senador Vanderlan Cardoso (PP/GO)	Altera a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, que dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado, para eliminar as restrições à concentração da propriedade entre prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, concessionárias e permissionárias de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens e produtoras e programadoras do Serviço de Acesso Condicionado.
167	PLs 246/2018	13/04/2023 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	13/04/2023 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	Acrescenta dispositivos à Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil, para dispor sobre medidas de combate à divulgação de conteúdos falsos (fake news) ou ofensivos em aplicações de internet.
168	PL 3813/2021	09/12/2021 - Comissão de Assuntos Sociais	29/03/2023 - AGUARDANDO AUDIÊNCIA PÚBLICA	CPI da Pandemia	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para criminalizar a criação e divulgação de notícias falsas (fake news), notadamente em casos envolvendo a saúde pública.
169	PL 632/2020	12/03/2020 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	23/03/2020 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO)	Altera a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, e a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, para tipificar como crime de responsabilidade e como ato de improbidade administrativa a divulgação de informação manifestamente falsa, difamatória ou sem fundamento.

Decorrente do Projeto Jovem Senador, altera o Marco Civil da Internet para estabelecer que qualquer cidadão é parte legítima para propor ação judicial questionando a divulgação de conteúdos falsos ("fake news") ou ofensivos em aplicações de internet. Prevê multa diária em caso de descumprimento de ordem judicial que determinar a indisponibilização de conteúdo.

170	PL 4975/2019	21/12/2022 - CCI - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	20/09/2019 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS)	Altera da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral, para redimensionar a pena do crime previsto no § 3º do art. 326-A.	Reduz, em atenção à proporcionalidade, a pena do crime de fake news eleitoral, de reclusão de dois a oito anos e multa, para detenção de seis meses a dois anos e multa.
171	PRS 50/2023	04/05/2023 - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	04/05/2023 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senador Eduardo Gomes (PL/TO)	Institui, no âmbito do Senado Federal, o Prêmio Danilo Doneda.	
172	PL 2338/2023	09/05/2023 - Plenário do Senado Federal (Secretaria Legislativa do Senado Federal)	03/05/2023 - AGUARDANDO DESPACHO	Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG)	Dispõe sobre o uso da Inteligência Artificial.	
173	PL 1272/2023	19/04/2023 - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	18/04/2023 - AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS	Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, para criar o crime do art. 308-A – adulteração maliciosa de vídeos ou áudios.	
174	PL 745/2022	26/04/2023 - Comissão de Segurança Pública	05/05/2023 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senador Jorge Kajuru (PODEMOS/GO)	Altera a Lei nº 13.812, de 16 de março de 2019, que institui a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas, cria o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre o uso de aplicações de reconhecimento facial.	
175	PL 872/2021	16/02/2023 - Plenário do Senado Federal (Secretaria Legislativa do Senado Federal)	16/02/2023 - AGUARDANDO DESPACHO	Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)	Dispõe sobre o uso da Inteligência Artificial.	Dispõe sobre os marcos éticos e as diretrizes que fundamentam o desenvolvimento e o uso da Inteligência Artificial no Brasil.
176	PL 21/2020	16/02/2023 - Plenário do Senado Federal (Secretaria Legislativa do Senado Federal)	16/02/2023 - AGUARDANDO DESPACHO	Câmara dos Deputados	Estabelece fundamentos, princípios e diretrizes para o desenvolvimento e a aplicação da inteligência artificial no Brasil; e dá outras providências.	
177	PL 5691/2019	22/03/2023 - CCT - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	22/03/2023 - MATÉRIA COM A RELATORIA	Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN)	Institui a Política Nacional de Inteligência Artificial.	Institui a Política Nacional de Inteligência Artificial, com o objetivo de estimular a formação de um ambiente favorável ao desenvolvimento de tecnologias em Inteligência Artificial.
178	PL 5051/2019	16/02/2023 - Plenário do Senado Federal (Secretaria Legislativa do Senado Federal)	16/02/2023 - AGUARDANDO DESPACHO	Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN)	Estabelece os princípios para o uso da Inteligência Artificial no Brasil.	Regulamenta o uso de Inteligência Artificial no Brasil.
179	PLS 157/2015	04/05/2023 - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	04/05/2023 - MATÉRIA COM A RELATORIA	Senador Ciro Nogueira (PP/PI)	Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), para obrigar as prestadoras de serviços de telecomunicações a disponibilizar recursos para atendimento a situações de perigo público iminente e de interesse público relevante.	
180	PL 1994/2023	04/05/2023 - Comissão de Educação, Cultura e Esporte	12/05/2023 - MATÉRIA COM A RELATORIA	Senador Humberto Costa (PT/PE)	Dispõe sobre a comunicação audiovisual sob demanda, a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional – CONDECINE e dá outras providências.	
181	PL 1767/2023	19/04/2023 - Comissão de Assuntos Econômicos	28/04/2023 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senador Jader Barbalho (MDB/PA)	Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para prever a ampliação da cobertura dos serviços de telecomunicações móveis de interesse coletivo e possibilitar a utilização dos recursos Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações na massificação de serviços prestados em regime privado.	
182	PL 1054/2023	19/04/2023 - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	18/04/2023 - AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS	Senador Paulo Paim (PT/RS)	Altera a Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, que institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta e autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), para incluir a distribuição de conteúdo audiovisual pela internet como mecanismo de promoção da pluralidade de fontes de produção e distribuição de conteúdo e de garantia de espaços de exibição de produções regionais e independentes.	

183	PL 801/2023	05/04/2023 - Comissão de Assuntos Econômicos	17/04/2023 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senador Paulo Paim (PT/RS)	Altera os arts. 3º e 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências, para incluir o apoio cultural ao Serviço de Radiodifusão Comunitária entre as ações aptas a receber recursos incentivados.
184	PL 786/2023	05/04/2023 - Comissão de Educação, Cultura e Esporte	11/05/2023 - INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO	Senador Flávio Arns (PSB/PR)	Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995, e a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, para dispor sobre os compromissos de investimentos decorrentes de autorizações para prestação de serviços de telecomunicações móveis e de adaptação da modalidade de outorga de serviço de telecomunicações, bem como de prorrogações do direito de uso das radiofrequências necessárias.
185	PL 592/2023	19/04/2023 - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	28/04/2023 - MATÉRIA COM A RELATORIA	Senador Jorge Seif (PL/SC)	Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002; a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014; a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998; a Lei nº 13.869, de 5 de setembro de 2019; a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990; e a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, a fim de proteger a personalidade digital das pessoas naturais e a liberdade de expressão na internet.
186	PL 3006/2021	10/05/2023 - Comissão de Assuntos Econômicos	10/05/2023 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senador Jader Barbalho (MDB/PA)	Dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas operadoras de telefonia móvel a fornecer, de forma gratuita, acesso à Internet para todos os alunos de escolas públicas e para as famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza inscritas no Programa Auxílio Brasil e dá outras providências.
187	PL 870/2021	08/11/2021 - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	13/04/2023 - MATÉRIA COM A RELATORIA	Senador Venezaio Vital do Rêgo (MDB/PB)	Altera a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), para dispor sobre a comercialização, o fornecimento e o compartilhamento de informações de usuários de redes sociais por seus provedores.

Observações:

Clicando na identificação do projeto é possível seguir o link para a página do projeto no site da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

No caso de projetos apensados, foi incluído apenas o projeto principal;

Não foram incluídas matérias arquivadas, prejudicadas, rejeitadas, retiradas ou transformadas em norma jurídica;

Foram pesquisadas as matérias levantadas até a 5ª Composição do Conselho de Comunicação Social e acrescentadas as matérias pertinentes apresentadas até 15/05/2023, buscando por termos como "comunicação social", "meios de comunicação", "liberdade de expressão", "conteúdos em meios de comunicação", "publicidade", "propaganda", "jornalismo", "jornalista(s)", "jornal", "radialismo", "radialista(s)", "rádio", "redes sociais", "mídias sociais", "blog(s)", "imprensa", "artista(s)", "cinema" e "televisão", "fake news";

Sugestões de acréscimo de matérias devem ser enviadas para ccscn@senado.gov.br com a identificação do projeto.